

3.

De Povoação-Colônia a Elevação à Categoria de Cidade

O que será apresentado a seguir são dados e referências das cinco gestões administrativas que conferiam ao espaço territorial onde se estabeleceu Petrópolis, um sentido de cidade. Eles também proporcionam um entendimento da possibilidade, ou não, de conferirmos à Petrópolis a condição de cidade híbrida, de acordo com análise do capítulo anterior.

Inicialmente, designamos como Povoação a área urbana correspondente à Vila Imperial e Vila Teresa, locais onde se estabeleceu a Corte e a elite social; e, como Colônia, desominamos os Quarteirões, área onde se estabeleceram os imigrantes. Essa nomenclatura se alinha ao Plano Koeler, onde Povoação e Colônia, assim entendidas, estavam geograficamente separadas.

No entanto, esta clara divisão territorial modifica-se com a expansão da Povoação sobre os Quarteirões já nas primeiras administrações pós-Koeler, o que será demonstrado nesse capítulo. Por esta razão, as nomenclaturas ‘Povoação’ e ‘Colônia’ por algumas vezes podem designar indistintamente o tecido urbano.

Há ainda uma conotação mais abrangente para o termo ‘Povoação’, embora também não tenha uma designação espacial definida, utilizada por Fróes. Ela é entendida como Freguesia de São Pedro de Alcântara, Distrito da Vila de Estrela²⁷⁹:

“... Mas o mesmo não acontecia em relação a Petrópolis, onde, nem mesmo o conceito dado à Povoação estava ainda bem definido, em face da *sui generis* natureza com que fora preliminarmente instituída pelo Presidente Caldas Vianna - a partir do Decreto do Imperador nº 155, de 16.III.1843 - e, conduzida, de 1857 em diante, segundo a situação de Imperial Colônia.”²⁸⁰

²⁷⁹ “Pelo modelo oficial vigente, a povoação de Petrópolis não podia ser imaginada como restrita à área da Imperial Fazenda, ocupada apenas pela colônia. Deveria, sim, ser entendida na plenitude da Freguesia de São Pedro de Alcântara, Distrito da Vila de Estrela - ex-Distrito da Freguesia de São José do Rio Preto - cuja definição resultou de uma série de Atos, “especificamente baixados, a fim de que a *sui generis* Colônia de Petrópolis se tornasse compatível com a tradicional estrutura Civil, Judiciária e Eclesial de uma "subdivisão padrão" da Província Fluminense.” FRÓES, 2006, (17) Capítulo 18, p.14.

²⁸⁰ FRÓES, 2006, (17) Capítulo 18, p.14.

3.1.

Aspectos gerais da construção da Povoação-Colônia após a fase Koeler

A Povoação e a Colônia de Petrópolis após o início de sua construção feita por Koeler, foram administradas sucessivamente por cinco diretores, que também eram responsáveis pelas obras da Estrada Normal da Estrela, embora estas últimas não sejam objeto deste capítulo. As ações destes administradores foram iniciadas a 17 de setembro de 1847, e conduziram ao rápido desenvolvimento da Povoação. Esta seria elevada à categoria de cidade dez anos mais tarde, a 29 de setembro 1857. A Imperial Colônia, entretanto, só seria desativada a 5 de janeiro de 1860.²⁸¹

Estes diretores pertenciam ao Imperial Corpo de Engenheiros, à exceção do segundo deles, José Luiz de Azeredo Coutinho, que tinha na profissão de engenharia uma atividade civil. Estavam envolvidos e familiarizados com as obras de construção antes mesmo de assumirem seus postos, razão pela qual foram escolhidos. No alto da serra, tinham por tarefa a construção e a administração da Povoação-Colônia com base na execução dos planos e obras estabelecidos no Plano Koeler. Porém, o crescimento de Petrópolis acima do esperado levaria este Plano à adaptações.

A vitalidade de seu florescimento em diversos setores, sobretudo se considerados os recursos da época, pode ser reconhecida como decorrente da influência da presença da corte em um espaço urbano. De acordo com Mumford “depois do século XVI (...) as cidades que mais rapidamente aumentavam de população, superfície e riqueza, eram aquelas que abrigavam uma corte real: a fonte de poder econômico”²⁸². Era o caso de Petrópolis, cujos recursos econômicos derivava do Governo Imperial e da Casa Imperial.

O passo a passo destas administrações, cenário dos anos de construção da Imperial Cidade de Petrópolis, pode ser acompanhado com base nos ensaios de

²⁸¹Desativação oficializada em Deliberação de 5.I.1860, baixada pelo Presidente da Província do Rio de Janeiro Ignácio Francisco Silveira da Motta. FRÓES, 2006, (18) Capítulo 19, p.2.

²⁸²In: ARGAN, Giulio Carlo, *Imagem e Persuasão, Ensaios sobre o Barroco*. Companhia das Letras, São Paulo, 2004, p.76.

Carlos de Oliveira Fróes²⁸³. Boa parte deles têm como fio condutor a implantação urbana e as ações que viabilizariam a vida dos imigrantes germânicos no alto da Serra da Estrela. A base documental do trabalho de Fróes encontra-se nos ‘Relatórios Anuais dos órgãos subordinados’²⁸⁴ que a partir de 1847 passaram a ser elaborados pela Província, permitindo o acompanhamento do desenrolar dos fatos. Neste sentido o autor faz sua narrativa exclusivamente sob o ponto de vista, oficial, do governo do Império.

Os ensaios foram escritos de forma didática, percorrendo as cinco gestões, onde as medidas administrativas implantadas na Povoação e na Colônia estão organizadas tematicamente. A nomenclatura destas ações, por si só, pode trazer à luz as prioridades estabelecidas por estes administradores à serviço do Império. Eram ações que cuidavam ao mesmo tempo da Colônia e da Povoação. Na primeira, dando assistência aos colonos e às suas famílias, viabilizando seu cotidiano. Na segunda, construindo o tecido urbano da Povoação de forma a possibilitar a vida da Corte no alto da serra durante os verões fluminenses. As ações desenvolvidas cuidavam dos setores de Agricultura, Indústria e Comércio, Assistência Religiosa, da Assistência Médico-hospitalar, da Assistência Social, da Instrução, da Implementação Urbana, da abertura e implantação dos Quarteirões e dos Caminhos Coloniais, entre outros temas.

Tratou-se de uma administração que manteria uma tônica eminentemente técnica no que diz respeito ao processo construtivo da Povoação, embora com constante atenção dedicada à viabilidade do dia a dia da Colônia e dos colonos. Seus Diretores eram homens de ação, exímios condutores de obras que quase sempre se imiscuíam de questões políticas.

3.1.1. O perfil dos administradores

O período administrativo pós-Koeler não se inicia com seu falecimento, ocorrido à 21 de novembro de 1843, e sim com seu afastamento do cargo de

²⁸³ FRÓES, Carlos Oliveira. *Petrópolis, A Saga de um Caminho – Gênese e Evolução do Território Petropolitano*. Série de vinte ensaios, divididos em 21 capítulos, site IHP, 2006.

²⁸⁴ “No presente Ensaio, a apreciação criteriosa sobre a implementação urbana da Colônia só se tornou viável a partir de 1847, quando a Província sistematizou a conduta para elaboração dos Relatórios Anuais dos órgãos subordinados.” In: FRÓES, 2006, (13) Capítulo 14, p.6.

Diretor da Imperial Colônia e das Obras da Estrada Normal da Estrela, determinado pelo novo Mordomo da Casa Imperial, José Maria Velho da Silva. O engenheiro viria a falecer por acidente, cerca de dois meses e meio após ter deixado o cargo. Não foi, portanto, a sua morte que precipitou esta nova etapa administrativa da Imperial Colônia, embora ela tenha encerrado um ciclo. Se Koeler continuasse vivo, mesmo afastado de seu cargo, possivelmente teria influenciado diversas ações em Petrópolis nesse novo período.

Em 1847, quando falece, a Povoação e a Colônia de Petrópolis já tinham suas bases, seu traçado e premissas definidas. Isto se deveu principalmente às atitudes e decisões políticas de Paulo Barbosa e de Aureliano Coutinho, e às ações empreendedoras do próprio engenheiro. Soma-se à isso o fato de ser um empreendimento Imperial, em que pese suas prerrogativas.

Os períodos de administração dos cinco os Diretores da Imperial Colônia de Petrópolis e das Obras da Estrada Normal da Estrela, encontram-se relacionados no quadro a seguir, onde foi inserido também o período anterior da administração de Koeler para efeito comparativo :

Fase	Diretores da Imperial Colônia de Petrópolis e das Obras da Estrada Normal da Estrela	Período
Koeler	Major-ICE ²⁸⁵ Júlio Frederico Koeler ²⁸⁶	De 16.III.1843 a 21.XI.1847
Diretores das Fases Pós-Koeler		
1º	Tenente-Coronel-ICE Galdino Justiniano da Silva Pimentel	De 17.IX.1847 a 15.X.1850
2º	Engenheiro Civil José Luiz de Azeredo Coutinho (Interino)	De 15.IX.1850 a abril 1853
3º	Tenente-Coronel-ICE Alexandre Manoel Albino de Carvalho	De abril 1853 a 27.03.1855
4º	Capitão-ICE José Maria Jacyntho Rebello	De 16.04.1855 a 16.05.1857
5º	Major-ICE Sérgio Marcondes de Andrade (Interino)	De 16.05.1857a 26.09.1859.

Quadro 4: Diretores da Imperial Colônia de Petrópolis e das obras da Estrada Normal da Estrela.

²⁸⁵ Imperial Corpo de Engenheiros.

²⁸⁶ Koeler já era responsável pelas obras da Estrada Normal da Estrela anteriormente. Aqui foi considerada a data de fundação de Petrópolis.

3.1.2.

O primeiro diretor abandona a ideia de Colônia agrícola

Galdino Justino da Silva Pimentel²⁸⁷, o primeiro Diretor da Imperial Colônia, havia trabalhado com Koeler e absorvido sua maneira de administrar. Sua personalidade transmitia firmeza, serenidade e controle, não se envolvia politicamente e sequer fazia críticas à forma como a colônia havia sido estruturada, o que era altamente conveniente frente aos recentes e conturbados acontecimentos²⁸⁸ decorrentes da morte do Major. Sua administração teve como marca principal a consolidação da Imperial Colônia de acordo com o que estipulava o Regulamento da Imperial Colônia de Petrópolis.²⁸⁹

Uma das primeiras medidas de Galdino Pimentel foi regularizar a contabilidade da gestão anterior de Koeler, uma exigência do Mordomo Velho da Silva. Koeler, por gozar de autonomia administrativa durante a mordomia Paulo Barbosa da Silva, teria redirecionado verbas da Colônia, cujos destinos estavam previamente determinados, para setores que julgava mais carentes, entre eles os de saúde e de assistência social, sem a devida autorização oficial. Por esta razão o Governo Imperial “imputou ao espólio do engenheiro a responsabilidade pelo ressarcimento”²⁹⁰ das quantias que “havam sido empregadas para o custeio do Hospital, da Casa de Socorro e outras obras prementes”²⁹¹, não deixando que estes valores fossem arcados pela Superintendência da Imperial Fazenda. O nome do Major foi prejudicado por falta de elucidação por parte da Casa Imperial, dando “margem a uma interminável série de especulações”²⁹².

Este tema vem sendo questionado por gerações de estudiosos que consideram a atitude do engenheiro como parte de seu empenho para tornar exequível a Povoação-Colônia, jamais tendo sido um desvio de verbas em causa própria, como considerado pelo Mordomo Velho da Silva.

²⁸⁷ “Síntese da Gestão - A 17.IX.1847, o Tenente Coronel-ICE Galdino Justiniano da Silva Pimentel tomou posse no cargo unificado de Diretor da Imperial Colônia de Petrópolis e Diretor das Obras da Estrada Normal da Estrela, em cumprimento ao Artigo 1º da Deliberação de 16.IX.1847.” FRÓES, 2006, (13) Capítulo 14, p.1.

²⁸⁸ FRÓES, 2006, (13) Capítulo 14, p.1.

²⁸⁹ FRÓES, 2006, (13) Capítulo 14, p.2.

²⁹⁰ FRÓES, 2006, (13) Capítulo 14, p.1.

²⁹¹ Idem.

²⁹² FRÓES, 2006, (13) Capítulo 14, p.2.

O diretor Galdino Pimentel logo percebeu que Petrópolis não tinha a menor condição de se tornar uma colônia agrícola em face ao seu solo extremamente acidentado, e foi primeira autoridade a se manifestar oficialmente sobre esta questão. Empenhou-se em criar uma nova proposta econômica para a Colônia a fim de prepará-la para tornar-se industrial. Para isto, primeiramente, procurou conhecer o perfil dos colonos alemães e das condições locais²⁹³, providenciando um levantamento. Uma vez prontos estes estudos, elaborou cinco detalhados projetos a fim de redirecionar as atividades da Colônia, e os apresentou em seu Relatório anual do ano de 1849. Estes projetos propunham a criação de uma oficina metalúrgica, uma fábrica de ferramentas, uma marcenaria mecânica, uma fábrica de extração de óleos²⁹⁴ e uma fábrica de ferraduras, cravos e pregos²⁹⁵. Seriam, em parte, executados nas gestões seguintes.

Em termos de desenvolvimento urbano constata-se que, durante essa primeira administração, a Rua do Imperador já possuía algumas dezenas de estabelecimentos comerciais, entre eles alguns hotéis, demonstrando o interesse que desde o início a Povoação despertava. Estes estabelecimentos atendiam à demanda local, e vinham sendo criados desde o período de Koeler, conforme constatamos a seguir:

“...Petrópolis dispunha de sete hotéis cujos níveis variavam de razoável a excelente: na Rua do Imperador, os Hotéis Bragança, Suisso, de França, Moss e o do João Meyer (hospedaria); na Rua de Paulo Barbosa, o Hotel Inglês; e no Quarteirão Presidência, o Hotel Presidência. Existiam ainda algumas pousadas e estalagens de menor porte.”²⁹⁶

Galdino Pimentel, após três anos de administração e alegando motivos de saúde, afasta-se da função que ocupava.

²⁹³ FRÓES, 2006, (13) Capítulo 14, p.8.

²⁹⁴ Possivelmente “mamona, camélia indígena, outras plantas oleaginosas, chá-da-índia e café”, como constou do Relatório de Jacyntho Rebello poucos anos depois. In: FRÓES, 2006, (16) Capítulo 17, p.6.

²⁹⁵ FRÓES, 2006, (13) Capítulo 14, p.8.

²⁹⁶ FRÓES, 2006, (13) Capítulo 14, p.8.

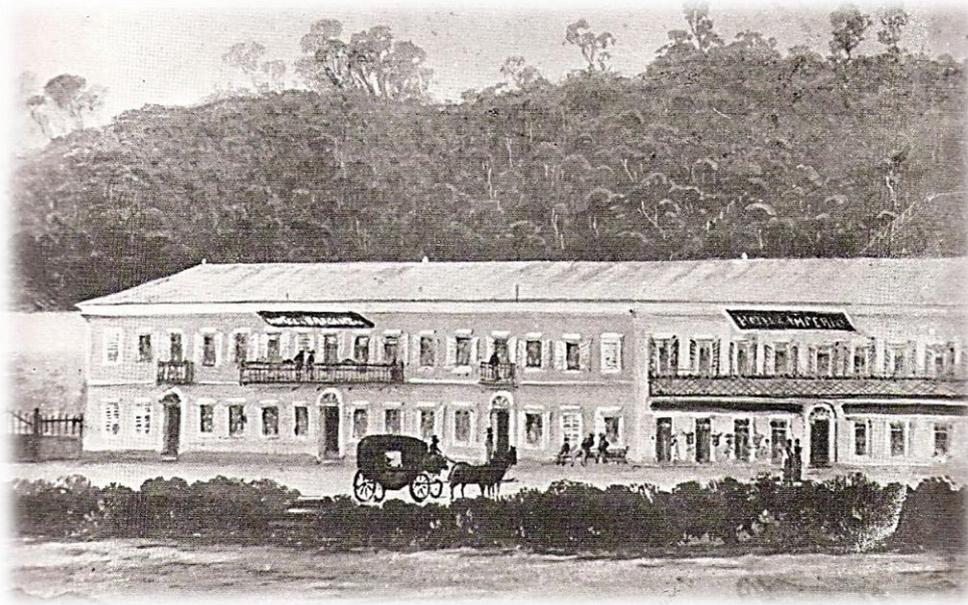


Figura 17: Hotel Bragança e Hotel Império. Aquarela, sem data e sem assinatura, c. 1854²⁹⁷.

3.1.3.

A segunda fase administrativa dá prosseguimento aos trabalhos anteriores

Após a saída de Galdino Pimentel, assume interinamente o cargo como segundo Diretor da Imperial Colônia de Petrópolis e das Obras da Estrada Normal da Estrela, a 15.IX.1850, o engenheiro civil José Luiz de Azeredo Coutinho²⁹⁸. Assim como seu antecessor, geriu a Colônia com conhecimento técnico, equilíbrio e pragmatismo, sem ingerências políticas que seu cargo poderia vir a propiciar. Azeredo Coutinho²⁹⁹, que também havia trabalhado com Koeler, não tinha por objetivo criar obras marcantes em sua administração. Todo o seu empenho estava em executar com maestria, e nos moldes em que estavam estruturados, o prosseguimento dos trabalhos do período anterior, do qual ele próprio havia participado como encarregado de obras. Exemplo disto foi a iniciativa que tomou

²⁹⁷ In: FERREZ, Gilberto. *Iconografia Petropolitana (1800–1890)*. Ministério da Educação e Cultura, Museu Imperial, Petrópolis, 1955. Prancha n.54.

²⁹⁸ “Síntese da Gestão - A 15.IX.1850 o Engenheiro Civil José Luiz de Azeredo Coutinho passou a responder - em caráter provisório - pelas funções de Diretor da Imperial Colônia de Petrópolis, devido ao pedido de afastamento temporário do titular, Galdino Pimentel, para fins de tratamento de saúde. Naquele momento as Diretorias da 2ª Sessão de Obras da Estrada Normal da Estrela e da Imperial Colônia de Petrópolis eram exercidas em cargo unificado, na observância da Deliberação de 16.IX.1847.” FRÓES, 2006, (14) Capítulo 15, p.1.

²⁹⁹ Azeredo Coutinho é visto por alguns historiadores, embora não pela maioria deles, como não sendo um legítimo diretor da Imperial Colônia por nunca ter sido titular deste cargo. Era o único entre os cinco administradores da Imperial Colônia que não pertencera ao Imperial Corpo de Engenheiros. FRÓES, 2006, (14) Capítulo 15, p.1.

em prol do projeto para a instalação do abastecimento de água de Petrópolis, cuja captação até então era feita em fontes naturais, minas e poços particulares, uma ideia que amadurecera na função anterior que ocupara.

A gestão de Azeredo Coutinho seria muito beneficiada pelo início da execução do projeto da primeira ferrovia do Brasil, criado pelo principal empresário do Império, Irineu Evangelista de Souza.

A criação da ferrovia estava inserida no projeto de um moderno sistema rodo-hidro-ferroviário que ligaria o Porto do Rio de Janeiro a Província de Minas Gerais³⁰⁰. Tratava-se do primeiro sistema de transporte intermodal do Brasil, o que representou um avanço sem igual para toda a região, especialmente para Petrópolis. A importância econômica da estrada que liga o Rio de Janeiro a Minas Gerais, naturalmente, foi decisiva para que ali fossem investidos estes esforços.

A execução deste projeto ocorreu em etapas. O primeiro passo correspondeu ao arremate das concessões, feito pelo empresário ao longo do primeiro semestre de 1852, para construção e exploração da ferrovia entre o Porto de Mauá e Petrópolis, e logo a seguir, para o estabelecimento e exploração de um serviço de navegação a vapor entre a Corte e o Porto de Estrela³⁰¹.

O início das obras foi oficializado em agosto do mesmo ano, em cerimônia inaugural presenciada pelo Imperador D. Pedro II. O trecho por mar, atravessando o fundo da baía de Guanabara foi o primeiro a ficar pronto, ligando a Prainha ao Porto de Mauá, cujas embarcações a vapor destinavam-se ao transporte de cargas e passageiros.³⁰² Isto ocorreu no último mês desta gestão administrativa, em março de 1853. O trem, portanto, não foi instalado neste período.

Nesta fase de administração de Azeredo Coutinho, a agricultura na região de Petrópolis abandonou definitivamente a tentativa de tornar-se a principal produção econômica da Colônia, conforme havia constado do Decreto de sua fundação. A produção agrícola existia, mas, prioritariamente de subsistência “limitada às chácaras da periferia, onde eram praticadas a cultura básica de grãos,

³⁰⁰ FRÓES, 2006, (14) Capítulo 15, p.1.

³⁰¹ FRÓES, 2006, (14) Capítulo 15, p.1.

³⁰² FRÓES, 2006, (15) Capítulo 16, p.13.

a horticultura e a fruticultura, bem como, as pequenas criações de aves e suínos, com vistas à subsistência familiar ou local de pequeno porte.³⁰³ O abastecimento de Petrópolis era proveniente de área de fora da Colônia, mas ainda em território pertencente à Freguesia de Petrópolis, onde “existiam fazendas de porte considerável”³⁰⁴, cujo escoamento era facilitado pelas boas vias ali existentes.

Azeredo Coutinho, em Relatório Anual referente ao ano de 1852, esclarece que a Colônia não apresenta uma perspectiva de grande riqueza, nem poderia ser considerada agrícola”³⁰⁵ porém, desfrutava de um positivo aspecto em relação à sua gente: "os colonos em geral continuam a mostrar-se satisfeitos, e a respeitar as leis do país, e quase todos dotados de boa índole e ânimo pacífico"³⁰⁶.

É nesta fase que surge a primeira menção à indústria no local. A qualificação da mão de obras dos colonos teve papel relevante neste início das atividades industriais e manufatureiras, Quando a tradicional atividade agrícola brasileira mostrou-se incompatível com o solo daquele local serrano, os imigrantes começaram a desenvolver algumas atividades caseiras: “quanto à indústria, já se viu que o artesanato dominou os primeiros anos da vida petropolitana. Os colonos tiveram de fazer tudo, quando aqui chegaram e, felizmente, entre eles havia magníficos artífices...”³⁰⁷ E assim:

“Não encontrando futuro na indústria agrícola, vão-se empregando ultimamente nas obras da Casa Imperial, nas da Província e nas particulares, já como oficiais de diversas artes mecânicas, já como jornaleiros, e empreiteiros de serviços de aterro e escavação’ e ‘Aplicam-se também ao corte de madeiras, de que fazem não pequena exportação, ao transporte de carga e de passageiros por meio de carros e de seges, de que muitos são proprietários, a fabricas e a diferentes misteres de indústria manufatureira”³⁰⁸.

Entre estas atividades, havia aquelas ligadas ao fazer biscoitos e aos trabalhos com ferro. Ambas, até hoje, ainda persistem na cidade ajudando a caracterizá-la como ponto turístico.

³⁰³ FRÓES, 2006, (14) Capítulo 15, p.4.

³⁰⁴ Idem.

³⁰⁵ Idem.

³⁰⁶ FRÓES, 2006, (14) Capítulo 15, p.4.

³⁰⁷ Site ‘Gabriel Kopke Fróes’, disponível em <http://www.earp.arthur.nom.br/> com as referências ‘registro 10925 FABRICA DE TECIDOS’, (RG10748,27 – ama08009)

³⁰⁸ FRÓES, 2006, (14) Capítulo 15, p.4.

Paralelamente, esse era um momento em que, na Europa, a produção capitalista ganhava força, e as cidades firmavam-se como local de reprodução dos meios de produção através da instalação de atividades industriais - e seus desdobramentos - de reprodução da força de trabalho, como local de morar e viver, e também de acumulação de capital, com o solo urbano gerando renda fundiária. Petrópolis ensaiava seus primeiros passos nesta direção, e tentava criar novas condições desenvolvimento, ainda que o país estivesse amplamente vinculado a uma sociedade e economia de bases escravocrata.

Diferente de outras regiões brasileiras, que se estabeleciam em torno de produções agrícolas, a criação da Povoação não pretendia atender à “uma acumulação de capital no espaço europeu”³⁰⁹, característica quase unânime aos núcleos urbanos brasileiros. Sem estar atrelada economicamente às áreas rurais, Petrópolis inicia por si um processo de implantação e desenvolvimento de suas indústrias, inaugurando algumas das primeiras fábricas têxteis brasileiras, e incentivando uma mão-de-obra assalariada iniciante no país: “A fabrica de tecidos de malha de Alfredo Gand foi a primeira que funcionou em Petrópolis - 02.12.1852”³¹⁰. Na página 39 do relatório da Província de 03.V.1853, consta esta indústria como produtora de ‘tecidos a ponto de malha’³¹¹.

Sabe-se que nesta fase existiam em Petrópolis duas fábricas de cerveja, duas tecelagens de ‘algodão a ponto de meia’ (uma delas acima citada), inúmeras marcenarias, carpintarias.³¹²

Assim, ainda que não houvesse no país um público consumidor capaz de sustentar um amplo processo industrial como o que ocorria na Europa, tentou-se criar em Petrópolis uma nova relação econômica, distante da tradicional ligação entre campo e cidade brasileiros, deixando o núcleo serrano com uma função de destaque no início de nosso processo industrial.

³⁰⁹ SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *Da Colonização à Europa Possível, as Dimensões da Contradição*, In: Uma cidade em questão. Grandjean de Montigny e o Rio de Janeiro, PUC-RJ, 1979.p.23.

³¹⁰ Disponível no site intitulado ‘Gabriel Kopke Fróes’, em <http://www.earp.arthur.nom.br/> com as referências ‘registro 10925 FABRICA DE TECIDOS’, (RG 3167, cm4001b).

³¹¹ Esta fábrica seria fechada na gestão de Albino de Carvalho. FRÓES, (15) Capítulo 16, p.9.

³¹² FRÓES, 2006, (14) Capítulo 15, p.5.

Foram estas pequenas e iniciais atividades industriais em Petrópolis que estimulariam a instalação de unidades industriais de maior porte nos anos seguintes³¹³. Nesta fase, o comércio, aos poucos se expandia e se qualificava, já existindo, por exemplo, pequenos serviços como alfaiataria e relojoaria.

3.1.4.

O terceiro diretor faz administração ainda mais dinâmica

Em abril de 1853 toma posse o terceiro Diretor, Albino de Carvalho³¹⁴. Esta fase parece ser a mais dinâmica da construção da Imperial Colônia, talvez por consequência da estrutura urbana criada anteriormente.

O talento de um bom administrador, aliado à uma grande sensibilidade política, permitiu que Albino de Carvalho levantasse um tema delicado na Imperial Colônia: a futura elevação de Petrópolis à categoria de cidade³¹⁵. Argumentava ele que a construção da Estrada de Ferro, iniciada no período anterior, levaria a Povoação a tal crescimento que a colocaria em uma nova condição: “este Distrito Serrano, que já superava em crescimento a sede do município Villa da Estrela, se desenvolveria ainda mais, não suportando a condição de Povoação³¹⁶”.

Esta sua convicção o levou a se antecipar e a reservar áreas para futuras edificações municipais no Largo da Imperatriz, local onde estava prevista a instalação do terminal do Sistema Público de Abastecimento de Água de Petrópolis, um chafariz público, ou bica, conforme uso da época.

Em abril de 1854 foi inaugurada, com muita pompa, a primeira linha de trem brasileira, um trecho da futura Estrada de Ferro de Petrópolis com 14,5 Km de extensão. Ligava o Porto de Mauá à localidade de Fragoso, na Baixada Fluminense, trazendo um grande sentido de modernidade e pioneirismo às obras

³¹³ FRÓES, 2006, (14) Capítulo 15, p.5.

³¹⁴ Síntese da Gestão - No mês de abril de 1853 o Tenente Coronel-ICE Alexandre Manoel Albino de Carvalho assumiu o cargo unificado de Diretor da Imperial Colônia de Petrópolis e das Obras da Estrada Normal da Estrela, posto esse que ocuparia por pouco menos de dois anos. in: FRÓES, 2006, (15) Capítulo 16, p.1.

³¹⁵ FRÓES, 2006, (15) Capítulo 16, p.1

³¹⁶ Em seus relatórios anuais de 1853 e 1854, propôs uma alteração na estrutura administrativa, “como ação preparatória de ‘um inevitável processo de emancipação como Município Cabeça de Comarca’.” FRÓES, 2006, (15) Capítulo 16, p.1.

da região. Nesta ocasião Irineu Evangelista de Souza recebeu das mãos do Imperador o título nobiliárquico de Barão da Mauá, em reconhecimento à seu extraordinário trabalho em prol do desenvolvimento do Brasil.

Em decorrência da utilização da linha ferroviária na Baixada, houve o quase encerramento das atividades de transporte por carros de roda que até então ali operavam.

Albino de Carvalho observou que, no último ano de sua administração, em 1855, a grande maioria dos colonos dedicavam-se à serviços que chamou de ‘maior interesse’, provavelmente atividades artesanais e manufatureiras e prestações de serviços. Independentemente disso, houve um incremento de pequenas criações de animais (especialmente “gado suíno, caprino, ovino e bovino leiteiro³¹⁷), assim como um significativo aumento do cultivo agrícola de hortaliças e frutas³¹⁸. Possivelmente estas criações tinham por objetivo o consumo familiar e o comércio informal.

Quanto às indústrias, sabe-se que houve o fechamento da ‘fábrica de tecidos a ponto de meia de Alfredo Gand’ e da ‘fábrica de calçados - tamancos – carioclaves’.³¹⁹ Em contrapartida, foi aberta mais uma fábrica de cerveja. Em relação a todos estes itens não temos detalhes sobre seus funcionamentos.

No comércio abriram-se muitas lojas e estabelecimentos mercantis, além de galpões para armazenamento de cargas inaugurados pela Companhia Estrada de Ferro Petrópolis no Alto da Serra.

3.1.5. Durante a quarta fase Paulo Barbosa da Silva retorna à Mordomia

O quarto Diretor da Imperial Colônia, Jacyntho Rebello³²⁰, assumiu suas funções em abril de 1855. Assim como seus antecessores não tinha índole política,

³¹⁷ FRÓES, 2006, (15) Capítulo 16, p.9.

³¹⁸ Idem.

³¹⁹ Idem.

³²⁰ “Síntese da Gestão - Designado pela Portaria de 27.III.1855, o Capitão-ICE José Maria Jacyntho Rebello assumiu, no dia 16.IV.1855, o cargo unificado de Diretor da Imperial Colônia de Petrópolis e das Obras da Estrada Normal da Estrela. Além disso, foi mantido como Superintendente da Imperial Fazenda de Petrópolis, cargo esse que vinha exercendo desde

mas, “possuía deste atributo o grau necessário a um administrador de sua categoria”³²¹. Sem lançar novas ideias, defendeu a causa da emancipação da Povoação com base nos mesmo argumentos com que vinham sendo defendidos: “a emancipação da Colônia de Petrópolis é uma necessidade crescente”³²², costumava a escrever em seus Relatórios.

A administração de Jacyntho Rebello foi uma fase amena para Petrópolis com o retorno de Paulo Barbosa à Mordomia da Casa Imperial, mesmo com sua saúde debilitada.

Economicamente, o ciclo do café no Vale do Parahyba estava no limiar de seu período áureo, e Petrópolis desfrutava, por mais uma vez, dos privilégios decorrentes de ser local de passagem da comercialização de produtos rumo ao porto do Rio de Janeiro.

O Barão de Mauá continuava a investir no sistema intermodal de transportes. Em dezembro de 1856³²³ inaugurou outro trecho ferroviário, de 1,8 Km, que partia de Frágoso, na Baixada. Com isso, o trem chegou à Raiz da Serra, encurtando o tempo de viagem à Petrópolis³²⁴. Para fazer a ligação entre a raiz e o Alto da Serra “foi instituído um sistema de carroças para transporte de cargas de café e outros produtos provenientes do interior”³²⁵.

Nesta mesma época, o Barão de Mauá, mandou construir sua residência em Petrópolis, próxima à Praça Coblenz, na esquina das Ruas de Nassau e da Westphalia³²⁶, local que frequentaria por alguns anos, hoje tombada pelo IPHAN. Criou também, na cidade, um escritório para seus negócios, localizado em um

29.V.1853.” FRÓES, 2006: (16) Capítulo 17, p.1. Deixaria o cargo de diretor da Imperial Colônia a 16.05.1857.

³²¹ FRÓES, 2006, (16) Capítulo 17, p.2.

³²² Idem.

³²³ FRÓES, 2006, (16) Capítulo 17, p.11

³²⁴ Os trilhos só chegariam à cidade de Petrópolis algumas décadas mais tarde, em 1883, bem depois do período da Colônia. A 19 de fevereiro deste ano, o primeiro trem, conduzindo D. Pedro II e a Família Imperial, chegaria à cidade. E, no dia seguinte, este trajeto por ferrovia seria aberto ao público. Muito rapidamente a Estação de trem de Petrópolis se tornaria um dos principais, senão o principal, ponto de encontro da cidade, e assim permaneceria mesmo após a Proclamação da República.

³²⁵ FRÓES, 2006, (16) Capítulo 17, p.6.

³²⁶ FRÓES, 2006, (15) Capítulo 16, p.2.

prédio de esquina da atual Praça Municipal, construído no Prazo 126 da Imperial Fazenda de Petrópolis”³²⁷

Foi na gestão do diretor Jachyntho Rebello que a obra de abastecimento público de água ficou pronta, tendo sido inaugurada em 06.01.1857. Havia “seis pontos de fornecimento direto de água potável, localizados no Quartel da Província, na Rua do Imperador, na Rua de D. Januária, na Rua de D. Francisca, na Praça do Imperador e no terminal do sistema, constante do Chafariz da Praça Municipal. Durante o ano de 1857, teve início a concessão de penas d'água, sendo as duas primeiras, ligadas para o Palácio Imperial e quatro outras para residências particulares”³²⁸: “Barão de Pirassununga, Joviano Varella, Albino José da Siqueira e Pedro José da Câmara”³²⁹.

Preocupado com o futuro da Imperial Colônia, Jachyntho Rebello, da mesma forma como já havia feito o primeiro Diretor, Galdino Pimentel, analisou em profundidade as possibilidades econômicas da Imperial Colônia com o objetivo de sugerir, e confirmar, propostas que incrementassem sua produção:

“...sobre os setores produtivos da Colônia e suas perspectivas, chegando à conclusão que as reais possibilidades de desenvolvimento da Colônia somente poderiam ser consideradas efetivas - face à "disposição e índole dos colonos germânicos de Petrópolis" - através do "estabelecimento da Colônia Fabril" e que a atividade agrícola se concentrasse nas culturas que pudessem "concorrer para a indústria fabril", tais como "mamona, camélia indígena, outras plantas oleaginosas, chá-da-índia e café".³³⁰ Sugeriu a implantação de "fábricas de marcenaria e vidros e a extração e manipulação de potassa, todas com insumos locais abundantes". Sugeriu, ainda, "fábricas de tecidos utilizando o algodão de Minas Gerais". Acentuou a potencialidade industrial de Petrópolis, tendo em vista a "abundância de fontes de energia hidro motriz, a privilegiada posição em relação às principais vias do Império e a natureza específica da mão-de-obra colonial".³³¹

Com clareza e objetividade, Rebello descreveu em seu relatório uma retração no comércio local, motivada pela “epidemia de cólera, pela pesada carga

³²⁷ Idem.

³²⁸ FRÓES, 2006, (16) Capítulo 17, p.5.

³²⁹ FRÓES, 2006, (17) Capítulo 18, p.10.

³³⁰ FRÓES, 2006, (16) Capítulo 17, p.6.

³³¹ FRÓES, 2006, (16) Capítulo 17, p.6.

tributária e pelas condições gerais do País".³³² Estes dois últimos itens "já haviam constado de relatórios de seus antecessores."³³³

Em 1857, ao final de sua gestão, havia em Petrópolis seis bons hotéis e quase oitenta estabelecimentos comerciais e oficinas, sinal de uma vitalidade urbana crescente. Este crescimento, conjugado às injunções políticas, fizeram da ideia da elevação da Povoação à categoria de cidade, um fato inevitável.

3.1.6. O quinto e último Diretor da Imperial Colônia

A emancipação se realizou na última fase da Imperial Colônia de Petrópolis, administrada pelo Major-ICE Sérgio Marcondes de Andrade³³⁴, que assumiu interinamente em maio de 1857. Não houve por parte do diretor participação direta neste fato político da maior importância, entretanto, assumiu a responsabilidade administrativa que lhe cabia no processo³³⁵.

Emancipação significava também correr o risco de diminuição dos trabalhos públicos e privados, boa parte deles financiados pelo Governo Imperial. Sérgio Marcondes antecipou-se à uma possível crise levando a questão à Presidência da Província. Reivindicava apoio à uma política agro-industrial, o que na prática já acontecia, mas de forma muito incipiente.³³⁶ Ele reforçou e ampliou ideias que, em alguns aspectos, já haviam sido formuladas por seus antecessores. Propôs de forma pragmática à Presidência da Província:

"...a adoção de uma política agro-industrial para a Colônia, baseada na instalação de "engenhos destinados ao fabrico" de tecidos de algodão ou seda, vidros, móveis, carros de rodagem, manufaturados de madeira em geral, óleos vegetais e outros produtos, cujos insumos poderiam ser obtidos, no estado natural, em Petrópolis e em suas adjacências, ou então através de culturas específicas a serem desenvolvidas no local, tais como 'de camélia oleaginosa, mamona e chá-da-índia, bem como a criação do bicho-da-seda'.

³³² FRÓES, 2006, (16) Capítulo 17, p.6.

³³³ FRÓES, 2006, (16) Capítulo 17, p.6.

³³⁴ "Síntese da Gestão - No dia 16.V.1857, o Major-ICE Sergio Marcondes de Andrade assumiu interinamente o cargo de Diretor da Imperial Colônia de Petrópolis, em virtude do afastamento temporário requerido pelo titular José Maria Jacyntho Rebello, sob alegação de motivos de saúde." FRÓES, 2006, (17) Capítulo 18, p.1.

³³⁵ FRÓES, 2006, (17) Capítulo 18, p.1.

³³⁶ FRÓES, 2006, (17) Capítulo 18, p.11.

Também solicitou providências ao Presidente para aprovação dos "Estatutos da Sociedade Alemã e Brasileira de Agricultura e Indústria", cujo processo se encontrava paralisado na Secretaria de Governo."³³⁷

Estas ações seriam aos poucos introduzidas na região serrana. Em paralelo, o tecido urbano da Povoação, composto de ruas, avenidas e Quarteirões, já era maior do que aquele inicialmente projetado pelo Plano de Koeler.

3.2. A implementação urbana

Diversos aspectos além da agricultura, indústria e comércio até aqui citados, contribuíram para a construção de Petrópolis. Entre eles destaca-se a construção urbana da Povoação, ou, implementação urbana.

Por implementação urbana compreende-se a abertura de novas vias e outras obras de infra-estrutura que formam o tecido urbano da Povoação, apresentadas, a seguir, no transcorrer das cinco fases administrativas imperiais.

3.2.1. 1ª Fase: Galdino Pimentel

Na primeira administração, o Diretor Galdino Pimentel completou a estrutura do centro de Petrópolis, correspondente às áreas da Vila Imperial e da Vila Thereza, tarefa que fora iniciada em 1845³³⁸ por Koeler. Teve início também a “compactação das pistas de rodagem. Nelas foi tentado o moderno e já citado processo de “macadamização simplificada, constante de empedramento com saibro e areia, pelo ‘método alemão’, introduzido por Koeler”³³⁹.

As obras foram concluídas durante esta primeira gestão, e ao seu final as principais ruas do centro da Povoação eram consideradas transitáveis, pois “já estavam compactadas – macadamizadas ou empedradas”³⁴⁰. O prolongamento da Rua do Imperador ainda dependia da retirada de um grande bloco de granito até

³³⁷ FRÓES, 2006, (17) Capítulo 18, p.11.

³³⁸ FRÓES, 2006, (13) Capítulo 14, p.6.

³³⁹ FRÓES, 2006, (13) Capítulo 14, p.6.

³⁴⁰ FRÓES, 2006, (13) Capítulo 14, p.6.

então impossível de ser removido, que fizera com que o Palácio mudasse de localização³⁴¹.

Em sua planta inicial Koeler havia desenhado onze quarteirões, que logo em seguida foram acrescidos de outros quatro: Rhenânia Superior, Suíço, Francez e Presidência.

Durante a fase de Galdino Pimentel este número seria ampliado com a criação de mais cinco novos Quarteirões: Brasileiro, Woerstadt, Darmstadt, Worms e o da Princesa Imperial³⁴². Com a criação do Quarteirão Inglês a divisão territorial composta de duas Villas e um total de vinte e um Quarteirões, se manteria sem nenhuma alteração ao longo de quase dez anos.³⁴³

Para o estudioso da história de Petrópolis Arthur Leonardo de Sá Earp, que baseia seus estudos na Planta de Otto Reimarus, os onze Quarteirões seriam definidos somente alguns anos mais tarde, em 1854. São eles: Brasileiro, Darmstadt, Francês, Inglês, Mineiro, Presidência, Princesa Imperial, Renânia Superior, Suíço, Woerstadt e Worms³⁴⁴.

Os Caminhos Coloniais eram as únicas vias do Plano Koeler que cortavam os Quarteirões, dando acesso aos prazos dos colonos. Foram abertos gradualmente, conforme se faziam necessários. Foi assim que “Galdino Pimentel mandou construir o Caminho Colonial do Quarteirão Presidência e o Caminho Colonial do Quarteirão Westphalia, sendo que este último já foi preparado para o tráfego de carros de tração animal”³⁴⁵.

3.2.2.

2ª Fase: Azeredo Coutinho

O encarregado de obras do diretor Galdino Pimentel havia sido o engenheiro civil José Luiz de Azevedo Coutinho, que se tornou o segundo Diretor da Imperial Colônia. Isto garantiu o prosseguimento do trabalho nos moldes em que vinham sendo executados, com a conseqüente expansão do tecido urbano.

³⁴¹ FRÓES, 2006, (12) Capítulo 13, p.12

³⁴² FRÓES, 2006, (13) Capítulo 14, p.5.

³⁴³ FRÓES, 2006, (13) Capítulo 14, p.5.

³⁴⁴ SÁ EARP, Arthur Leonardo de, *Os Quarteirões*, 2001, p.2.

³⁴⁵ FRÓES, 2006, (13) Capítulo 14, p.6.

Esta fase, nas palavras do Presidente da Província foi marcada pelas "obras que se fizeram durante o ano na Povoação, e nos raios coloniais (...), (que) consistiram no melhoramento das ruas existentes, na abertura de novas, na construção e edificação de pontes, e em outras semelhantes".³⁴⁶

Uma boa noção de como era o núcleo urbano serrano neste período provém do naturalista e escritor alemão Hermann Burmeister (1807-1892) que esteve por dois dias em Petrópolis na passagem do ano de 1851 para 1852³⁴⁷. Sua descrição sobre a Imperial Colônia³⁴⁸ nos fornece a imagem a seguir:

"A primeira impressão é realmente a de uma colônia alemã. De início o caminho descia para a cidade margeando diversas vendas e estalagens, mas, ao chegarmos ao planalto, vimos uma grande olaria e entramos em seguida numa cidade ampla, nova e impulsionada por uma vida assaz ativa. As ruas, a maioria sem calçamento eram largas e bastante lamacentas. As casas, elegantes, novas e espaçosas, emprestavam ao todo um aspecto de um balneário europeu na fase de crescimento. Em toda a parte, notava-se a mesma febre de construções, obras de melhoramentos e delineação de novas ruas... Passei pela estalagem portuguesa e pelo English Tavern que ficava no começo de sua principal, para escolher, finalmente, o Hotel Suíço do Dr. Chiffelle, atraído pelo aspecto acolhedor da casa..."³⁴⁹.

Sabe-se que as ruas "bastante lamacentas" a que Burmeister se refere são a Rua de Paulo Barbosa, a Rua do Imperador, a Rua de Da. Januária e a Rua de Aureliano, as quais ele teria percorrido em uma sege³⁵⁰. Este trecho corresponde à um segmento da estrada para Minas, a Estrada Normal da Estrela, por isso sofria "danos provocados pelo pesado tráfego de carros de tração animal que já circulavam por ali"³⁵¹.

Dando sequência às obras, o segundo Diretor, Azeredo Coutinho, completou as que já estavam planejadas para os Caminhos Coloniais dos Quarteirões Worms, Woerstadt, Darmstadt e Brasileiro. Isso não foi necessário para os Quarteirões Princesa Imperial e Inglês, já que a Estrada Normal da Estrela lhes servia de acesso. Todos os Quarteirões citados foram ativados nesta segunda fase, e seus prazos começaram a avançar "parcial ou totalmente em áreas não

³⁴⁶ FRÓES, 2006, (14) Capítulo 15, p.3.

³⁴⁷ FRÓES, 2006, (14) Capítulo 15, p.5.

³⁴⁸ Idem.

³⁴⁹ Extraído da obra "Reise in Brasilien", páginas 299 a 302, de Hermann Burmeister, In: FRÓES, 2006, (14) Capítulo 15, p.5.

³⁵⁰ FRÓES, 2006, (14) Capítulo 15, p.8.

³⁵¹ FRÓES, 2006, (15) Capítulo 16, p.7.

coloniais que foram, ou estavam sendo, negociadas, tais como a Fazenda Vellasco, a Fazenda Itamaraty e a Fazenda Alto da Serra”³⁵².

3.2.3.

3ª Fase: Albino de Carvalho

Sob a direção de Albino de Carvalho destacam-se, entre as obras executadas, a manutenção de somente cinco praças, entre as oito constantes do Plano Koeler:

“Mais radicais foram as alterações feitas quanto às praças, pois do planejamento inicial só foram mantidas a Praça do Imperador, a Praça de São Pedro de Alcântara, a Praça de Koblenz (já notabilizada como Praça da Confluência), a Praça de Nassau e a pequenina Praça de São Goar, no Caminho Colonial da Rhenania Central, na altura do início do Caminho Colonial da Castelânia. Enquanto isso, a Praça Municipal foi instalada no local onde estava se consolidando o Largo da Imperatriz que não estava previsto, em área não destinada originalmente para um logradouro público e, sim, para área residencial.”³⁵³

Diversas pontes foram construídas ou reconstruídas. Uma das principais, a do centro da cidade, sobre a confluência dos rios Quitandinha e Palatino onde hoje se encontra o obelisco, foi executada em madeira e alvenaria, e ficou praticamente pronta nesta administração. O Diretor ainda realizou reparos nos Caminhos Coloniais do Quarteirão Worms e do Quarteirão Darmstadt.³⁵⁴

Para a execução de suas ações Albino de Carvalho contou com a colaboração do Engenheiro Azeredo Coutinho e a do Coronel-ICE, reformado, Joaquim Cândido Guilhobel, este último por somente alguns poucos meses, pois foi obrigado a deixar Petrópolis, por motivos de saúde.³⁵⁵

Petrópolis crescia aceleradamente, e começava a estabelecer-se como uma extensão da capitalidade exercida pela cidade do Rio de Janeiro, característica que se tornaria crescente no decorrer do segundo reinado.

Esse fato pode ser melhor compreendido se considerado o pensamento de Giulio Carlo Argan, segundo o qual “ no século XVII, a centralização dos poderes

³⁵² FRÓES, 2006, (14) Capítulo 15, p.3.

³⁵³ FRÓES, 2006, (15) Capítulo 16, p.7.

³⁵⁴ FRÓES, 2006, (15) Capítulo 16, p.6.

³⁵⁵ FRÓES, 2006, (15) Capítulo 16, p.7.

determina o predomínio de uma cidade que se torna sede da autoridade do Estado, dos órgãos de governo e da administração pública, das representações diplomáticas que regulam as relações entre os Estados”³⁵⁶. Petrópolis começava a exercer essa função como uma extensão do Rio de Janeiro. A Corte e a elite do Governo Imperial começavam a construir residências na serra. Algumas representações diplomáticas chegaram a radicar em Petrópolis sua residência oficial.

Eram tempos em que a Rua do Imperador, a principal artéria da cidade, já se consolidara com a construção de edificações tanto comerciais e de serviços, quanto político-administrativas. Na região próxima ao Palácio Imperial, desde o início da Colônia se estabeleceram hotéis de luxo. Em pouco tempo o Imperador começaria a passar uma parte do ano em Petrópolis, atraindo para a cidade um movimento de turistas e veranistas em busca de ar fresco, prestígio e de uma eventual facilidade de acesso ao monarca, e às pessoas que o cercavam:

“Para os cortesãos, para os ricos ociosos, para o que se chama o *bom-tom*, o imperador é o termômetro. Enquanto se conserva em São Cristóvão, ninguém das classes mencionadas sente vontade de emigrar: mas logo sua majestade imperial sobe, *o calor lá embaixo se torna insuportável*, e as andorinhas se desprendem o vôo.”³⁵⁷

A fim de realizar uma avaliação crítica, o Diretor Albino de Carvalho promoveu detalhada análise quanto aos “aspectos estéticos, de qualidade e de fidelidade aos projetos iniciais” de Koeler para Petrópolis, e concluiu “que diversas ruas ‘não obedeceram ao alinhamento previsto’ e outras ‘foram abertas com largura abaixo dos padrões’ ”³⁵⁸. Além disso, o empedramento miúdo usado para a pavimentação das vias não era satisfatório³⁵⁹. Realizou, conforme os outros administradores já o haviam feito, obras de macadamização no intuito de impedir o enlameamento de algumas ruas em dias chuvosos³⁶⁰. Foram contempladas as mesmas ruas que, cerca de um ano antes, Hermann Burmeister havia percorrido em uma sège, e as criticado como ‘enlameadas’. Albino de Carvalho realizou diversas outras ações, entre elas, a remoção de casas particulares em desacordo

³⁵⁶ ARGAN, 2004, p. 72.

³⁵⁷ SODRÉ, A. de Azevedo, *Aspectos da Vila Imperial*, p.87, In: SCHWARCZ, 1998, p. 231.

³⁵⁸ FRÓES, 2006, (15) Capítulo 16, p.7.

³⁵⁹ Idem.

³⁶⁰ Rua de Paulo Barbosa, Rua do Imperador, Rua de Da. Januária e Rua de Aureliano. FRÓES, 2006, (15) Capítulo 16, p.7.

com as posturas vigentes, o reajuste de largura de algumas ruas com seus respectivos nivelamentos ou renivelamentos, o início da construção de muros de contenção nas laterais dos canais, em substituição ao fracassado processo de ‘faixas’ inicialmente tentado.³⁶¹

O crescimento da povoação começou a extrapolar, de fato, os limites inicialmente estabelecidos: a Vila Imperial e Vila Teresa aos poucos expandiam sua ocupação em direção aos Quarteirões que lhes eram vizinhos, os quais, vagorosamente, “deixavam de ser apenas ocupados pelos colonos germânicos”³⁶². Assim, alguns Caminhos Coloniais³⁶³ foram transformados em ruas:

“o trecho inicial do Caminho Colonial de Nassau - Praça de Nassau ao Rio Piabanha - deu lugar à Rua de Monte Caseros e seu segmento subsequente - ao longo do Piabanha até a Praça de Coblenz - deu lugar à Rua de Nassau; o Caminho Colonial da Westphallia deu lugar à Rua da Westphallia; o Caminho Colonial do Palatinato Inferior deu lugar à Rua do Palatinato; e o trecho da Estrada Normal entre o Marco dos Sete Caminhos e o Alto do Quissamã deu lugar à Rua dos Mineiros.”³⁶⁴

Além disso, e por esta razão, começavam a ser criados os primeiros Caminhos de Interligação de Quarteirões, o que pelo Plano Koeler não existia: as “aberturas das interligações da Rua Joinville com o Quarteirão Princesa Imperial e do Quarteirão Suisso com o Quarteirão Palatinato Inferior.”³⁶⁵

3.2.3.1.

Otto Reimarus: adaptações ao Plano Koeler

Diante de tal crescimento da Povoação houve a necessidade de desenvolver um projeto de adaptação urbana à obra de implantação do Plano Koeler. Para realizá-la, Albino de Carvalho convidou o engenheiro Otto Reimarus, que presumivelmente teria nacionalidade germânica. Poucas são as informações a seu respeito³⁶⁶, sabe-se porém que era um competente projetista,

³⁶¹ FRÓES, 2006, (15) Capítulo 16, p.7.

³⁶² FRÓES, 2006, (15) Capítulo 16, p.6.

³⁶³ Os caminhos coloniais eram vias de acesso em terra, que não eram cortados por transversais, e levavam aos prazos dos colonos. Já as ruas eram pavimentadas, normalmente com pedrinhas compactadas (o que não evitava a lama durante as chuvas de Petrópolis), e cortadas por outras vias e transversais.

³⁶⁴ FRÓES, 2006, (16) Capítulo 16, p.6.

³⁶⁵ FRÓES, 2006, (15) Capítulo 16, p.6.

³⁶⁶ “Além do inesquecível Major Júlio Frederico Koeler, merece também ser lembrado o Engenheiro Otto Reimarus, cuja nacionalidade entende-se como germânico. Porém, através de

topógrafo, e exímio iconógrafo. Em 1854, ano em que chegou à serra, Reimarus elaborou a 'Planta da Imperial Colonia de Petrópolis', "mostrando os vinte e um Quarteirões, as duas Vilas, dezenove ruas e quatro praças. Cotou ainda os principais caminhos, estradas e rios, além das locações de todos os prazos locais."³⁶⁷

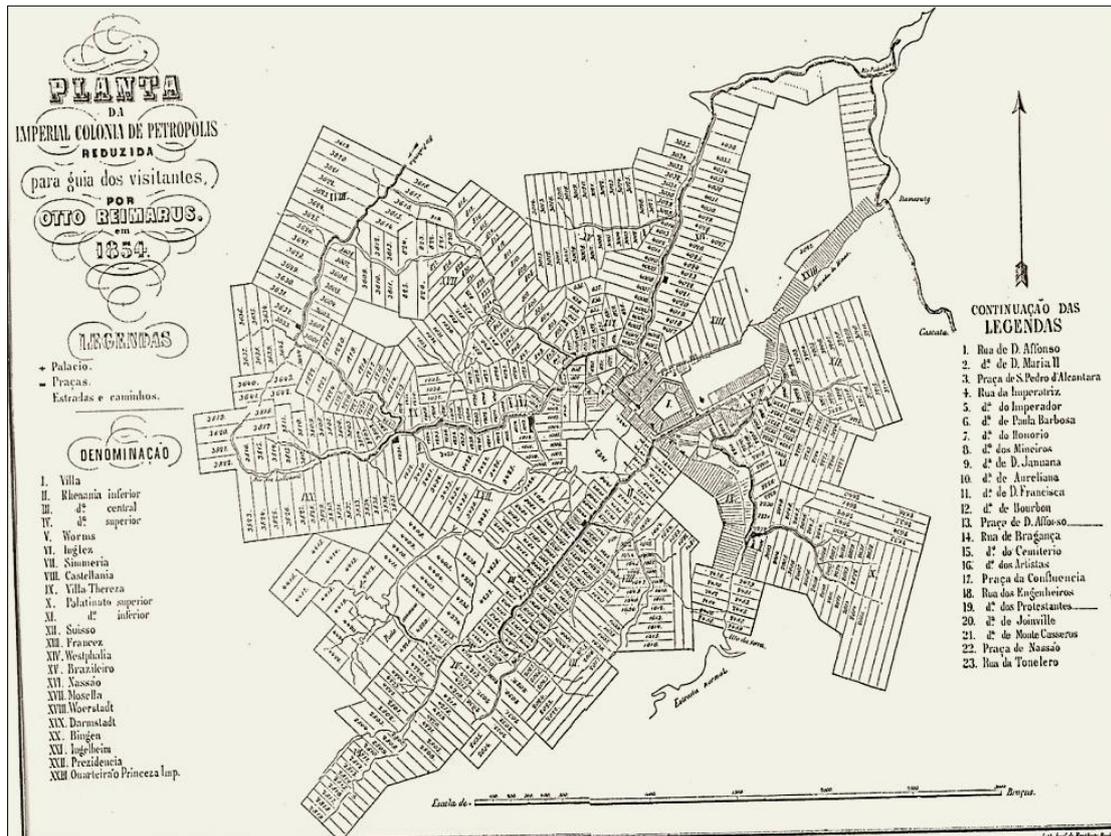


Figura 18: Planta da Imperial Colônia de Petrópolis, Otto Reimarus, 1854.

artigos publicados por alguns saudosos historiadores, as vezes ele aparece como russo, ora como suíço. Não tenho conhecimento de dados e data do seu nascimento. Apenas notícias do seu óbito, ocorrido em uma viagem em 1859, quando saía do Brasil com destino à antiga Germânia. Segundo o saudoso Historiador Guilherme Martinez Auler, num artigo pesquisado no Jornal Correio Mercantil de 25/08/1859, consta que ele faleceu com febre amarela a bordo do Cliper Francês Commerce de Paris em viagem para o seu país natal (Alemanha).

A presença de Otto Reimarus em nossa região assinala-se através de alguns documentos do Arquivo da Imperial Fazenda de Petrópolis, relativo aos seus trabalhos relacionados à demarcações e execuções de algumas plantas de propriedade dos colonos germânicos e de outros foreiros.

Em relatório do ano de 1855 do Diretor da Superintendência da Imperial Fazenda, o Major José Maria Jacinto Rebelo tece alguns elogios ao Engenheiro Reimarus, justamente pela sua dedicação e desembaraço na seqüência dos seus serviços prestados à Colônia. No Relatório do ano de 1857, encontram-se mais elogios a Otto Reimarus, encarregado da abertura do Caminho para Patí do Alfêres que tem como consequência o surgimento do Quarteirão Leopoldina. Após, elabora inúmeras plantas e realiza demarcações de propriedades em vários quarteirões. Porém, a grande obra profissional deste engenheiro é a planta da Imperial Colônia de Petrópolis em 1854." In: OLIVEIRA, Paulo Roberto Martins de. *O Planejamento Urbanístico a ser lembrado.*

³⁶⁷ FRÓES, 2006, (15) Capítulo 16, p.8.

Da planta de Reimarus “já constou a nova numeração dos Prazos da Imperial Fazenda de Petrópolis, apresentados mais ordenadamente, dando uma ideia precisa de suas vinculações aos Quarteirões.”³⁶⁸ Elas organizaram e englobam todos os lotes da cidade, tornando fácil sua identificação e localização. Estas numerações são até hoje são utilizadas e, contribuem para o rol de características singulares da cidade.

O esquema abaixo, elaborado por Arthur Leonardo de Sá Earp, demonstra a numeração sequencial que ordena os prazos da cidade. O número do lote indica o bairro a que ele pertence.

SEQUÊNCIA NUMÉRICA	
Vila Imperial	→ 1
Francês	→ 400
Mineiro	→ 440
Nassau	→ 620
Mosela	→ 802
Ingelheim	→ 1001
Bingen	→ 1201
Renânia Inferior	→ 1401
Castelânea	→ 1601
Renânia Central	→ 1801
Siméria	→ 2001
Palatinato Inferior	→ 2205
Vila Teresa	→ 2478
Palatinato Superior	→ 2601
Inglês	→ 2801
Brasileiro	→ 3001
Suíço	→ 3201
Presidência	→ 3424
Woerstadt	→ 3601
Darmstadt	→ 3801
Westfália	→ 4001
Renânia Superior	→ 4207
Worms	→ 4402
Princesa Imperial	→ 5027

Quadro 5: Esquema de numeração dos prazos – Acervo Arthur L. de Sá Earp.

Ao longo dos anos, por mero desconhecimento da história de Petrópolis, algumas administrações municipais, no ímpeto de promover mudanças, cogitaram sem sucesso, em substituir a numeração sequencial e original do quadro acima, por números aleatórios.

Na planta de Reimarus todo o partido adotado pelo Major Koeler foi respeitado, porém, algumas novas ruas e travessas foram abertas, e outras modificadas. A atual Avenida Koeler, por exemplo, à época denominada D. Afonso, que no plano inicial atravessava a Praça da Liberdade teve seu tamanho encurtado.

³⁶⁸ FRÓES, 2006, (15) Capítulo 16, p.8.

Estes fatos levaram alguns críticos, em época recente, a considerarem que o Plano de Koeler não havia atendido ao crescimento da Povoação, necessitando ser adaptado. Segundo eles, haveria rigidez e rigor, principalmente no tamanho dos lotes padronizados, razão das modificações ocorridas em 1854. No entanto, estas modificações podem ter sido tão somente uma flexibilização do Plano, uma vez que, a nosso ver, o partido inicial de Koeler foi preservado. A Povoação cresceu e o plano absorveu as alterações feitas por Reimarus sem desfigurar seu partido inicial, em adaptações provenientes da própria natureza do crescimento de uma cidade e de um projeto urbanístico.

Da mesma forma, posturas críticas incidem sobre a questão agrícola que foi prevista para a Colônia, e que logo de início mostrou-se inviável. É possível que Koeler, conhecedor da topografia da região assim como outros expoentes do Governo, presumisse sua inviabilidade agrícola. Porém, até aquele momento, a agricultura estava atrelada à concepção de núcleos urbanos e de colônias no Brasil. Talvez fosse difícil justificar a viabilidade da criação de uma Colônia de imigrantes sem mencioná-la. Sob este ponto de vista, a característica agrícola da Colônia seria uma prerrogativa para o empreendimento.

O fato é que sete anos após o falecimento de Koeler a etapa *inicial* de implantação da Povoação de Petrópolis estava encerrada. As três primeiras diretorias da Imperial Colônia “havam promovido a extremamente rápida edificação da quase totalidade dos elementos constantes do Plano Koeler.”³⁶⁹

3.2.4.

4ª Fase: Jacyntho Rebello

A administração de Jacyntho Rebello encontrou as obras da Povoação muito avançadas. Faltava ainda, porém, a demolição da pedreira em granito próxima ao Palácio, o que foi, então, realizado. Isto possibilitou o prosseguimento da pista da Rua do Imperador em direção ao Marco dos Sete Caminhos, próximo ao antigo Rancho do Córrego Seco, a retificação do canal central, e a colocação de sua pavimentação definitiva. Esta obra “contou com a participação das equipes de

³⁶⁹ FRÓES, 2006, (15) Capítulo 16, p.6.

Mariano Procópio, (as mesmas) que estavam sendo empregadas na construção da União e Indústria”³⁷⁰, cujas obras tiveram início em abril de 1856.

Além disso, “todo o segmento de ligação da Estrada União e Indústria à Estrada Normal da Estrela, no trecho entre a Ponte do Retiro e o Alto da Serra (...) estava sendo preparado para receber macadamização, conforme os mais modernos requisitos técnicos da época.”³⁷¹ Também estavam sendo preparadas para receber macadamização duas outras ruas.”³⁷²

Petrópolis apresentava no segundo trimestre de 1857 um “desenvolvimento equivalente a uma cidade de médio porte do Império”³⁷³

Com o rápido desenvolvimento da Povoação houve uma grande valorização dos primitivos prazos. Esse aumento do valor da terra encontra paralelo no cenário descrito por Mumford. Referindo-se ao início da construção de altas moradias das cidades barrocas do século XVII, o autor ressalta que “essa pressão da competição em busca do espaço forçou a subida dos valores das terras nas capitais políticas.”³⁷⁴ De modo análogo, embora espacialmente a expansão de Petrópolis se desse horizontalmente, o aumento de valor dos prazos na povoação serrana já se fazia sentir.

Conseqüentemente, os imigrantes foram atraídos à vender seus lotes, e com a renda a “adquirir outros mais distantes, porém mais baratos e maiores. Nessas novas propriedades eles poderiam instalar chácaras e explorá-las em paralelo às suas atividades principais, dedicando-se às pequenas plantações e criações de subsistência, deixando essas tarefas a cargo de seus familiares”³⁷⁵.

Em decorrência, houve um incremento no desenvolvimento urbano, e “todos os Quarteirões foram sendo densamente ocupados, exigindo “a melhoria dos Caminhos Coloniais de acesso, visando capacitá-los para o tráfego de

³⁷⁰ FRÓES, 2006, (16) Capítulo 17, p.4, nota 1.

³⁷¹ FRÓES, 2006, (16) Capítulo 17, p.5.

³⁷² “...as ruas dos Mineiros e dos Artistas (lado direito). E prosseguiam, ainda, as obras de acabamento e nivelamento das duplicações das ruas de D. Afonso, de Bragança e dos Artistas (lado esquerdo).” FRÓES, 2006, (16) Capítulo 17, p.5.

³⁷³ FRÓES, 2006, (16) Capítulo 17, p.4.

³⁷⁴ MUMFORD, Lewis. *A Cidade na História*. Martins Fontes Editora, São Paulo, 2004, p.391.

³⁷⁵ FRÓES, 2006, (16) Capítulo 17, p.4.

carroças”³⁷⁶. Todos eles passaram por reformulações “que incluíam desde o empedramento leve até a macadamização.” Além disso, foram criados novos Caminhos Coloniais interligando alguns Quarteirões: “do Quarteirão Brasileiro ao Woerstadt, do Quarteirão Presidência ao Rhenania Central, do Quarteirão Brasileiro ao Mosella, Quarteirão Francez ao Suisso e do Quarteirão Suisso à Cascata do Itamaraty”³⁷⁷.

Na final desta gestão, já encontrava uma Povoação-Colônia praticamente pronta, inclusive com serviços públicos como abastecimento de água, matadouro, cemitério e telégrafo.”³⁷⁸

3.2.5.

5ª Fase: Sérgio Marcondes de Andrade

Apesar da realização de tantas obras, a última fase administrativa da Povoação-Colônia, a do Diretor Sérgio Marcondes, ainda assistiria a importantes ações, segundo Carlos Fróes:

“De suma importância, foi a conclusão, no início do segundo semestre de 1858, das obras do canal da Rua do Imperador.(...)

Também foram concluídos as duplicações e os nivelamentos das Ruas da Imperatriz,(...).

E a pista da Rua de Bourbon foi terminada com rebaixamento de sua parte mais alta.

Grandes melhoramentos foram feitos nos Caminhos Coloniais dos Quarteirões Rhenania Inferior e Nassau que em breve seriam reclassificados como ruas.”³⁷⁹

Podemos tomar conhecimento de como era Petrópolis ao final de 1859 segundo descrição do mesmo autor :

“o Centro da Cidade já se encontrava todo urbanizado e ocupado; as ruas bem calçadas, as laterais dos canais bem cuidadas e as pontes simples, porém elegantes, chamavam a atenção dos viajantes, visitantes e todos os demais que aqui chegavam;

vários prédios residenciais de porte e aparência expressivos espalhavam-se pela Villa Imperial e pela Villa Thereza e, também, no início de outras vias que para ali confluíam;

hotéis, até certo ponto, imponentes e casas comerciais com boa aparência ocupavam a Rua do Imperador;

³⁷⁶ Idem.

³⁷⁷ “...abriu os Caminhos Coloniais de Interligação do Quarteirão Brasileiro ao Woerstadt, do Quarteirão Presidência ao Rhenania Central, do Quarteirão Brasileiro ao Mosella, Quarteirão Francez ao Suisso e do Quarteirão Suisso à Cascata do Itamaraty.” FRÓES, 2006, (16) Capítulo 17, p.4.

³⁷⁸ FRÓES, 2006, (16) Capítulo 17, p.2.

³⁷⁹ FRÓES, 2006, (17) Capítulo 18, p.10.

o ajardinamento e a colocação do gradil - em ferro batido - na Praça da Confluência (ex-Coblenz), bem como a preocupação do plantio de árvores e arbustos nos logradouros públicos e beiras dos canais e rios, conferiam um aspecto mais agradável e civilizado à nova Cidade;

e o Imperial Palácio de Verão, ajardinado e cercado com seu elegante gradil de ferro, conferia um toque de imponência e nobreza à Cidade.³⁸⁰

Também o escritor e jornalista francês Charles Rybeirolles, depois de inúmeras visitas à Petrópolis, publicou sua impressão sobre a Povoação:

"A configuração externa, o plano topográfico e a fisionomia de Petrópolis não lembra, em coisa alguma, como já dissemos as formas clássicas de alinhamento, as ruas tangentes que fazem raio nas praças centrais, as simetrias, as divisões e os cortes sábios nas cidades modernas nos estados da Norte-América' / 'A Cidade nasceu, desenvolveu-se livremente, nas linhas naturais, que são os caminhos abertos'",³⁸¹

Prossegue ainda Ribeyrolles:

"Ide ao alvorecer à Cascata de Itamaraty pelo velho Caminho de Minas. Que vistas, que natureza !' / 'Faltam ainda em Petrópolis catedrais e escolas de alto ensino. 'Que magnífico asilo não é Petrópolis para as altas escolas!' / 'Por que razão certas escolas brasileiras que se estiolam nas províncias, não são centralizadas em Petrópolis?' / 'Esta cidade toca quase com o Rio, foco de irradiação, e seus altos cimos têm a calma que convém às idéias' / 'E a colônia florescerá como cidade, nessa civilização ativa; nesse esforço de um e de todos está o futuro de Petrópolis'".³⁸²

Em 1859 foram criados seis novos Quarteirões³⁸³ na Fazenda Imperial de Petrópolis – três deles comprovados, e outros três subentende-se que tenham sido implantados, uma vez que seus acessos já estavam prontos³⁸⁴. Estavam em locais periféricos em relação ao centro, portanto, nunca tiveram a expressão ou importância dos Quarteirões iniciais do Plano de Koeler.

³⁸⁰ FRÓES, 2006, (17) Capítulo 18, p.9.

³⁸¹ Citação do "escritor e jornalista francês Charles de Ribeyrolles que chegou a Petrópolis no dia 21.I.1858, acompanhado do notável litógrafo francês Victor Frond e publicou um livro - "O Brasil Pitoresco" - no qual em uma de suas partes apresentou interessantes informações sobre a Cidade de Petrópolis, colhidas durante as inúmeras visitas e passeios que ali realizou." In: FRÓES, 2006, (17) Capítulo 18, p.12.

³⁸² Citação do "escritor e jornalista francês Charles de Rybeirolles que chegou a Petrópolis no dia 21.I.1858, acompanhado do notável litógrafo francês Victor Frond e publicou um livro - "O Brasil Pitoresco" - no qual em uma de suas partes apresentou interessantes informações sobre a Cidade de Petrópolis, colhidas durante as inúmeras visitas e passeios que ali realizou." In: FRÓES, 2006, (17) Capítulo 18, p.13.

³⁸³ FRÓES, 2006, (17) Capítulo 18, p.8.

³⁸⁴ Os comprovados foram o "Quarteirão Portuguez, no alto do Caxambu e o Quarteirão Leopoldina, no trecho inicial da Picada Nova, e o Quarteirão Mineiro, no Morro da Saudade, criado em 1860. E os prováveis, mas sobre os quais não há fonte documental, foram Medina Sidonia, Itamaraty e Ypiranga. Para todos já havia acessos, leia-se Caminhos Coloniais, concluídos em 1858. In: FRÓES, 2006, (17) Capítulo 18,

3.2.6.

Quarteirões da Colônia

Os Quarteirões Coloniais, que mais tarde se transformariam nos bairros da cidade, encontram duas possibilidades de organização em relação à época de suas criações. São indicadores, pois não há como determinar uma data com precisão. Estas diferenças sutis correspondem ao intervalo de tempo entre 1845, quando o Palácio e a Povoação começaram a ser construídos, e 1850, quando Galdino Pimentel deixou o cargo de Diretor da Imperial Colônia.

Para o historiador Arthur Leonardo de Sá Earp eles ocorreram segundo a demarcação nas plantas de Koeler e de Reimarus. São, portanto, onze no primeiro caso, e onze no segundo, assim distribuídos ³⁸⁵:

Criação	Quantidade	Quarteirões
Plano Koeler	11	Bingen, Castelânia, Ingelheim, Mosela, Nassau, Palatinato Superio, Palatinato Inferior, Renânia Central, Renânia Inferior, Siméria, Westfália.
Planta de Reimarus	11	Brasileiro, Darmstadt, Francês, Inglês, Mineiro, Presidência, Princesa Imperial, Renânia Superior, Suíço, Woerstadt e Worms.

Quadro 6: Quarteirões de Petrópolis - Arthur L. de Sá Earp

Já para Carlos Fróes, suas criações iniciaram-se obedecendo os períodos abaixo. Aqueles correspondentes à fase de Sérgio Marcondes tiveram pouca relevância por se situarem em áreas periféricas.

Criação	Quantidade	Quarteirões
Início do Plano Koeler	11	Rhenânia Inferior, Rhenânia Central, Simmeria, Castellania, Palatinato Superior, Palatinato Inferior, Westfália, Nassau, Mosella, Bingen, Ingelheim.
Koeler acrescentou	4	Rhenânia Superior, Suíço, Francez e Presidência.
Fase Galdino Pimentel	6	Brasileiro, Woerstadt, Darmstadt, Worms e o da Princesa Imperial. Subentende-se que o Inglez seja deste período.
Fase Azeredo Coutinho		Não criou novos quarteirões.
Fase Albino de Carvalho		Não criou novos quarteirões.
Fase Jacyntho Rebello		Não criou novos quarteirões.
Total (durante 10 anos)	21	
Fase SérgioMarcondes	3	Portuguez, Leopoldina e Mineiro.
Fase SérgioMarcondes	3	Medina, Sidonia, Itamaraty e Ypiranga. (Prováveis)

Quadro 7: Quarteirões de Petrópolis – Carlos Fróes

³⁸⁵ SÁ EARP, Arthur Leonardo de, *Os Quarteirões*, 2001, p.2.

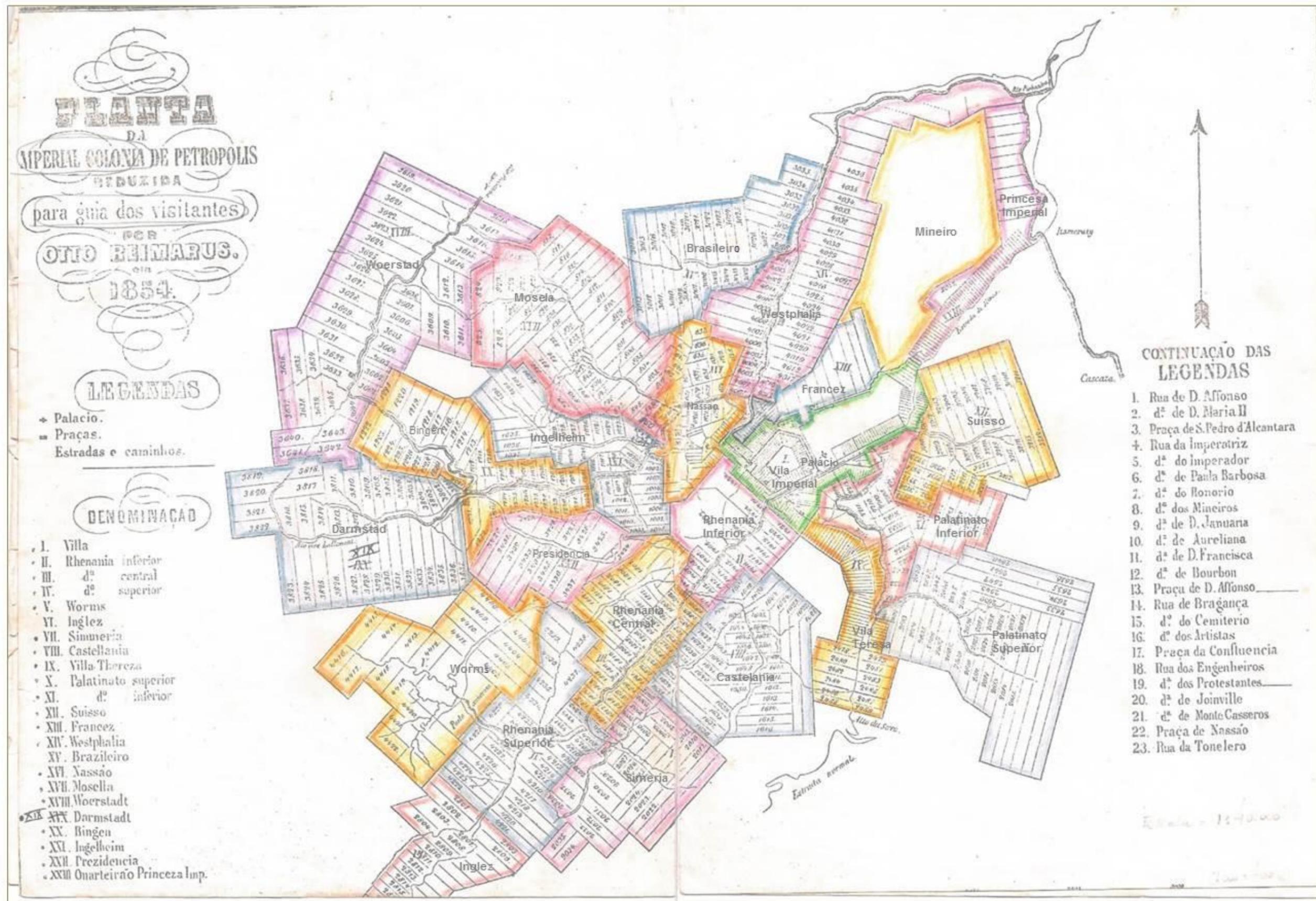


Figura 19: Quarteirões Coloniais - Demarcação e acervo Arthur Leonardo de Sá Earp.
Planta da Imperial Colônia de Petrópolis - Otto Reimarus, 1854.

3.2.7. Abastecimento de água

Durante a primeira fase da Colônia a “captação de água necessária ao consumo” das “residências e estabelecimentos, e dos moradores” originavam-se apenas das minas e poços particulares, bem como das fontes naturais.”³⁸⁵

Já durante a segunda fase o governo Provincial aprova a criação de uma *comissão* nomeada para desenvolver um *projeto* para a instalação do primeiro Sistema de Abastecimento Público de Água para o centro de Petrópolis. Este Sistema consistiria na criação de chafarizes – e ramais – assim como penas d’água para fornecimento à particulares. O planejamento “previa a captação de água potável proveniente do Rio Garganta, por meio de uma barragem, a qual, através de um encanamento de chumbo, deveria alimentar diversas postos públicos de abastecimento”³⁸⁶.

O projeto propriamente dito desenvolveu-se somente em 1853, na terceira administração, cujo Diretor era Albino de Carvalho. Este “mandou projetar para o centro daquela área, uma estrutura de granito, destinada à instalação de um artístico chafariz – ‘uma elegante bacia de mármore montada sobre pedestal’ - elemento esse que foi encomendado na Itália.”³⁸⁷ E, “para dar maior realce à instalação do terminal do Sistema - Chafariz de Praça Municipal - foi elaborado um projeto de urbanização da ‘Praça Municipal’, de autoria do Coronel-ICE Guillobel.”³⁸⁸ O início das obras ocorreu logo depois.³⁸⁹

Buscamos informações sobre este chafariz, mas nada foi encontrado que pudesse ter um bom fundamento. Segundo relato verbal de Arthur Leonardo de Sá Earp, esta questão foi objeto de muitas conversas com o historiador Carlos Fróes, porém, por falta de elementos suficientes, nunca se chegou a uma conclusão. A hipótese sobre a qual ambos concordavam é que possivelmente a água era proveniente de um braço do rio Garganta, que descia pelos fundos das terras onde se achava a casa-sede da Fazenda do Córrego Seco. Neste caso, o primitivo

³⁸⁵ FRÓES, 2006, (13) Capítulo 14, p.8.

³⁸⁶ FRÓES, 2006, (14) Capítulo 15, p.4.

³⁸⁷ FRÓES, 2006, (15) Capítulo 16, p.1.

³⁸⁸ FRÓES, 2006, (15) Capítulo 16, p.9.

³⁸⁹ FRÓES, 2006, (15) Capítulo 16, p.9.

abastecimento público de água se localizaria nas imediações da atual Praça Dom Pedro, onde há o encontro dos rios Quitandinha e Palatino. Existem algumas representações dos jardins do Palácio Imperial, planejados por Binot, em que aparece um plano de água e chafariz, mas nada condizente com bicas para abastecimento público de água.

Com Jachyntho Rebello, esta obra ficou pronta, tendo sido inaugurada em 06.01.1857. Havia “seis pontos de fornecimento direto de água potável, localizados no Quartel da Província, na Rua do Imperador, na Rua de D. Januária, na Rua de D. Francisca, na Praça do Imperador e no terminal do sistema, constante do Chafariz da Praça Municipal. Durante o ano de 1857, teve início a concessão de penas d'água, sendo as duas primeiras, ligadas para o Palácio Imperial e quatro outras para residências particulares”³⁹⁰: “Barão de Pirassununga, Joviano Varella, Albino José da Siqueira e Pedro José da Câmara”³⁹¹.

O chafariz recebeu, ainda, obras de complementação “com vistas à sua utilização como ponto de fornecimento de água à população”³⁹². Com a emancipação, no início de 1860, a administração municipal passou a responsabilizar-se por este serviço.

3.2.8. Edificações

Em 1850 já se contavam 696 edificações particulares, incluídas neste número as residências dos colonos, que representavam “algumas dezenas de prédios menores, em alvenaria, enxaimel ou pau-a-pique, cobertos com telhas, tabuinhas ou zinco, destinados às moradias dos "colonos e extracolonos".³⁹³ As habitações dos colonos haviam melhorados de qualidade nos últimos quatro anos passaram de “palhoças informes” à “casas de bela aparência, cobertas com tabuinhas ou com telha”.³⁹⁴ Atualmente há um único exemplar destas residências, reconstruído, e aberto à visita pública, localizado à Rua Olavo Bilac.

³⁹⁰ FRÓES, 2006, (16) Capítulo 17, p.5.

³⁹¹ FRÓES, 2006, (17) Capítulo 18, p.10.

³⁹² Idem.

³⁹³ FRÓES, 2006, (13) Capítulo 14, p.7.

³⁹⁴ Idem.

Entre as edificações de grande porte, havia o Collégio de Petrópolis, o Hotel de Bragança, o Hotel Suíço, o Hotel de França, o Hotel do Inglês, a casa do comendador Pedro José da Câmara, a casa de Honório Hermeto Carneiro Leão Filho³⁹⁵ –“ que havia sido “alugada para instalação do Collégio do Professor Callógeras - e mais duas grandes casa residenciais.”³⁹⁶

Algumas dezenas de estabelecimentos comerciais concentrados na Rua do Imperador já atendia, em 1850, às necessidades locais.³⁹⁷

No final do ano de 1852 o número de habitações havia subido para 750 residências particulares construídas e diversas edificações comerciais e de serviços. “O comércio de Petrópolis vinha mantendo o mesmo ritmo de crescimento dos períodos anteriores com a introdução gradual de novas lojas e de estabelecimentos mais especializados, como alfaiataria, relojoaria, etc.”³⁹⁸

Em fins de 1854 Petrópolis já contava com 937 residências particulares, sendo, desse total, 14 consideradas casas nobres³⁹⁹, entre elas a do Barão de Mauá⁴⁰⁰, que estava prestes a ser concluída. Quanto às demais, tinham estruturas diversas - tijolos, enxaimel ou, em sua grande maioria, pau-a-pique. A construção de lojas e estabelecimentos mercantis também progredia⁴⁰¹.

No final de 1856, o total de residências particulares prontas subiu para 947, com mais 21 unidades em construção.”⁴⁰² Neste período, havia em Petrópolis quase oitenta estabelecimentos comerciais e oficinas, além de seis bons hotéis.

No início de 1859, já muito próximo da elevação de Petrópolis à categoria de Cidade, “existiam em Petrópolis 974 prédios residenciais e mais 10 em construção. O número de estabelecimentos comerciais, fábricas e oficinas, era de 202 unidades”⁴⁰³.

³⁹⁵ FRÓES, 2006, (13) Capítulo 14, p.7.

³⁹⁶ Idem.

³⁹⁷ FRÓES, 2006, (13) Capítulo 14, p. 8.

³⁹⁸ FRÓES, 2006, (14) Capítulo 15, p.5.

³⁹⁹ FRÓES, 2006, (15) Capítulo 16, p.8.

⁴⁰⁰ Idem.

⁴⁰¹ FRÓES, 2006, (15) Capítulo 16, p.9.

⁴⁰² FRÓES, 2006, (16) Capítulo 17, p.5.

⁴⁰³ FRÓES, 2006, (17) Capítulo 18, p.10.

3.3. As ações e a vida na Colônia

Os cinco administradores da Colônia atenderam aos imigrantes com assistência religiosa, médico-hospitalar e social. Houve também outras ações cujos serviços foram utilizados pela população em geral, entre elas destacam-se o correio, mais tarde um telégrafo, colégios para instrução pública e particular, um matadouro para o consumo local, e um cemitério, entre outros.

Cada um destes setores teve sua própria história. A assistência religiosa, por exemplo, segmento de suma importância para os imigrantes, foi realizada desde o início da implantação da Colônia.

3.3.1. Assistência religiosa

O primeiro administrador da Imperial Colônia de Petrópolis em sua fase pós-Koeler, Galdino Pimentel, sensível à importância da assistência religiosa aos colonos germânicos, providenciou a vinda de um padre e de um pastor para a Povoação. Havia na Colônia 1.390 imigrantes católicos e 711 evangélicos⁴⁰⁴.

Um padre alemão chamado Franz Anton Weber já se encontrava no Rio de Janeiro, a espera somente de ser solicitado para atender aos colonos. Havia sido contratado por intermédio de Paulo Barbosa, que encontrava-se em Paris, a pedido do Presidente da Província Aureliano Coutinho⁴⁰⁵.

Requisitado pelo Diretor da Colônia chegou à Petrópolis a tempo de celebrar as comemorações religiosas do natal de 1847. No início do ano seguinte, a 7 de janeiro de 1848, rezou missa na presença de D. Pedro II e sua família, realizada no local onde começava a ser construída a 'Capella da Imperial Fazenda

⁴⁰⁴ Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, 1846, p.91.

⁴⁰⁵ LACOMBE, 1939, p.27.

de Petrópolis⁴⁰⁶, também chamada Igreja da Matriz, localizada na Rua da Imperatriz⁴⁰⁷.

Sabe-se que os colonos germânicos evangélicos eram assistidos informalmente, desde a gestão de Koeler, pelo Dr. Julius Friedrich Lippold, médico, professor e pastor praticante⁴⁰⁸. Por iniciativa de Galdino Pimentel este pastor foi oficializado Cura dos evangélicos em Petrópolis. O diretor providenciou também reformas nas “instalações do Quartel da Província, até então utilizadas pelos colonos católicos”⁴⁰⁹, que depois de concluídas foram cedidas à este novo Cura para seus cultos. A gestão de Galdino Pimentel foi um período de grande harmonia religiosa entre os colonos.

A fase seguinte, a do diretor Azeredo Coutinho, assistiria a duas situações de instabilidade na assistência religiosa. A primeira, o desligamento do padre Weber, substituído pelo sacerdote Nicolau Germain, que “apesar de possuir todos os atributos necessários para a função, não falava o idioma germânico”⁴¹⁰, gerando decepção entre os colonos, e, a segunda o falecimento do “abnegado Cura Dr. Julius Friedrich Lippold que acompanhavam os colonos luteranos há tantos anos, ficando vaga sua função até que fosse viável a vinda de um novo pastor. Isto, porém, só aconteceria em janeiro de 1854, já na gestão de Albino de Carvalho, quando chegou à Colônia o Cura germânico Jacob Daniel Hofmann.

Por volta da mesma época assumiu as funções religiosas na colônia o padre católico Theodor Wiedemann, alemão, que inicialmente “causou boa impressão, mas depois se revelou autoritário e radical”.⁴¹¹ Não aceitava a “postura ecumênica que até então prevalecera na Colônia, e era a base do convívio harmônico entre os colonos”⁴¹². Os conflitos entre alguns grupos chegaram “a um

⁴⁰⁶ Também chamada Igreja da Matriz foi demolida no século XX. Meses mais tarde, a 6.X.1848, esta edificação seria “homologada como Capella Curada”⁴⁰⁶ ficando sob a responsabilidade do próprio padre Weber.

⁴⁰⁷ Havia também uma outra capela, a “Capela Particular de Nossa Senhora da Conceição de Samambaia”⁴⁰⁷ assistida pelo padre Luiz Gonçalvez Dias Correia da Silva Goulão⁴⁰⁷, a qual, “segundo Frei Estanislau Schaette, não teria sido oficializada pela Administração Eclesial da Província”. FRÓES, 2006, (13) Capítulo 14, p.3.

⁴⁰⁸ FRÓES, 2006, (13) Capítulo 14, p.3.

⁴⁰⁹ Idem.

⁴¹⁰ FRÓES, 2006, (14) Capítulo 15, p.2.

⁴¹¹ FRÓES, 2006, (15) Capítulo 16, p.3.

⁴¹² Idem.

ponto crítico”⁴¹³ quando o padre se desentendeu com a diretoria da Colônia. Algum tempo depois foi dispensado da função de Cura - assumida pelo padre Nicolau Germain - e designado para “Capelão dos Colonos Católicos”. Não aceitou, porém, esta nova função.⁴¹⁴

Foi um período muito conturbado sob o aspecto religioso. “O Diretor da Colônia solicitou a exoneração desse problemático padre e a rescisão do seu contrato para atuar no Brasil.⁴¹⁵ Mesmo exonerado, o padre Wiedemann continuou atuando, com mais vigor ainda, desafiando o vigário padre Mello e o diretor Albino de Carvalho, colocando a Colônia na beira de um conflito”⁴¹⁶. Houve um motim a 26.III.1855 iniciado pelos seguidores do padre, que foi “contido no dia seguinte pelo destacamento policial local, devidamente suplementado por um reforço militar procedente da Imperial Fábrica de Pólvora da Estrella e outro da Guarda Nacional de Villa da Estrella”⁴¹⁷. Cabe informar que este padre era uma pessoa culta, que lutava por melhores condições para os colonos.⁴¹⁸ Considerado um líder comunitário e espiritual pelos colonos católicos mais radicais, não era do agrado dos outros colonos, tanto católicos quanto luteranos⁴¹⁹ nem dos demais católicos da Povoação.

Neste período Albino de Carvalho também “mandou efetuar os reparos necessários na Capella da Imperial Fazenda de Petrópolis, situada na Rua da Imperatriz, e determinou a elaboração de um projeto para readaptação desta modesta igreja” em Sede Paroquial Provisória.”⁴²⁰

Jachyntho Rebello presenciou ao longo de sua administração uma harmoniosa assistência religiosa para a Colônia, atendida pelos estimados e respeitados padre Nicolau Germain e pelo pastor Jacob Daniel Hoffmann. “A conturbada atuação do padre Theodor Wiedmann findou, com sua exoneração,

⁴¹³ Idem.

⁴¹⁴ FRÓES, 2006, (15) Capítulo 16, p.4.

⁴¹⁵ A dispensa do Pe. Wiedmann foi baixada pela Provisão Episcopal de 18.III.1855.

⁴¹⁶ FRÓES, 2006, (15) Capítulo 16, p.4.

⁴¹⁷ Idem.

⁴¹⁸ “... tendo sido um incentivador da “Sociedade de Indústria e Agricultura de Petrópolis - fundada em 16.XII.1853 pelos colonos Julio Anders, Frederico Damke e Carlos Spangenberg - a qual era destinada a fomentar e racionalizar a industrialização e a agricultura seletiva locais”. FRÓES, 2006, (15) Capítulo 16, p.5.

⁴¹⁹ FRÓES, 2006, (15) Capítulo 16, p.5.

⁴²⁰ FRÓES, 2006, (15) Capítulo 16, p.3.

baixada pela Portaria Provincial de 16.IV.1855. E o seu imediato regresso à corte foi determinado pela Provisão Episcopal de 18.IV.1855.”⁴²¹

Na última fase da Colônia, o Diretor Major Sérgio Marcondes de Andrade expressou em seu Relatório que já não seria “mais possível adiar por mais tempo o começo da nova Matriz de Petrópolis. A que existe, única no lugar, sem fábrica, acanhada e arruinada, não está a par da grandeza desta Cidade”.⁴²²

O padre Nicolau Germain, “que há longo tempo vivia em Petrópolis, onde era estimado e respeitado pela população local, inclusive pelos colonos germânicos”⁴²³ foi escolhido como Vigário da Freguesia de São Pedro de Alcântara a 26.VI.1858. Essa sua condição de Pároco Efetivo, marcou o início da fase da estruturação do Poder Eclesial de Petrópolis.⁴²⁴

Já os colonos germânicos luteranos, independentemente da seriedade de seus pastores, esbarravam em dificuldades inerentes a “tradição ibérica relativa à integração Igreja-Estado na composição do Poder Geral.”⁴²⁵ Continuavam a ter suas instalações “precariamente improvisadas nas acanhadas e inadequadas instalações do Quartel da Diretoria, na Rua do Imperador, ou em outros locais inadequados”⁴²⁶ Aguardavam uma oportunidade de ter seu próprio templo. Isto viria a acontecer em 1862, quando foi lançada a pedra fundamental da igreja luterana a ser construída na Avenida Ipiranga.

Há que se ressaltar a tolerância religiosa do Imperador D. Pedro II ao longo de toda esta questão.

3.3.2. Assistência médico-hospitalar

O atendimento médico e hospitalar da Colônia se fez durante os primeiros anos em um hospital de construção precária. Esse sofria com falta de recursos e

⁴²¹ FRÓES, 2006, (16) Capítulo 17, p.2.

⁴²² FRÓES, 2006, (17) Capítulo 18, p.6.

⁴²³ Idem.

⁴²⁴ Idem.

⁴²⁵ Idem.

⁴²⁶ Idem.

aumento de sua demanda, instalado no Quartel de Bragança.⁴²⁷ O diretor Galdino Pimentel conseguiu junto ao governo provincial que esse fosse reconhecido como casa de caridade, passando a receber uma verba anual.⁴²⁸

Em 1854 o diretor Albino de Carvalho recebeu “autorização para escolher um terreno e mandar elaborar um projeto para edificação de um novo hospital”⁴²⁹, houve também um aumento na quantia consignada anualmente ao hospital e casa de caridade de Petrópolis, que foi elevada de 5:000\$000 para 9:600\$000.⁴³⁰ É importante ressaltar que, até este momento, o hospital permanecia no local onde Koeler o havia instalado, nos Quartéis de Bragança.⁴³¹

Durante a fase de Jachyntho Rebello, um “surto epidêmico de cólera-morbo que grassou a Baixada Rio de Janeiro” chegou indiretamente à Petrópolis em outubro de 1855. Dr. Thomaz José de Porciúncula administrava o hospital e casa de caridade de Petrópolis, situado em instalações e terrenos da Imperial Casa, nos Quartéis de Bragança, “de maneira estoica”⁴³² e mobilizando a comunidade, conseguiu a debelar em menos de três meses. Apesar do nível da epidemia não ter sido tão drástico, serviu de alerta para que as “autoridades da Povoação-Colônia” percebessem a necessidade de um novo e melhor equipado hospital. Assim, pelo “Decreto n. 390 de 10.VI.1856, SMI o autorizou, determinando a construção de uma nova edificação com este objetivo. Além disso, criou as bases de um fundo destinado ao custeio daquela instituição, a qual denominou como Hospital de Santa Thereza.”⁴³³ Por falta de verbas, no entanto, a execução deste hospital ainda demoraria bastante tempo. Ao “final desta fase Petrópolis já contava com vários médicos que atendiam à população em caráter particular.”⁴³⁴

Apesar dos esforços, porém, as instalações hospitalares continuariam as mesmas até o último período da Imperial Colônia, administradas com muita dedicação desde 1853 pelo Dr. Porciúncula. O novo diretor, Major Sérgio, tentou

⁴²⁷ FRÓES, 2006, (13) Capítulo 14, p.3.

⁴²⁸ FRÓES, 2006, (14) Capítulo 15, p.2.

⁴²⁹ FRÓES, 2006, (15) Capítulo 16, p.5.

⁴³⁰ Idem.

⁴³¹ Idem.

⁴³² FRÓES, 2006, (16) Capítulo 17, p.3.

⁴³³ Idem.

⁴³⁴ Idem.

“dar início à edificação do sonhado Hospital de Santa Thereza”⁴³⁵, mas não obteve sucesso por não ter conseguido liberar as verbas depositadas no fundo especial para este fim. A forma legal pela qual a instituição fora estruturada não permitia uma simples transferência de valores para a Administração da casa. O hospital Santa Teresa viria a ser fundado pela família Imperial somente em 1876, e recebeu este nome em “homenagem à Imperatriz Thereza Cristina, que se empenhou em dar um atendimento assistencial aos mais humildes”⁴³⁶.

3.3.3. Assistência social

A assistência social aos colonos era prestada através da Caixa de Socorro e Auxílio Mútuo criada por Deliberação de Aureliano Coutinho, antes de Paulo Barbosa viajar para Europa, conforme anteriormente mencionado.⁴³⁷ E, “ao final da fase de Koeler ela entrara em colapso”⁴³⁸, devido à conturbação do período. Então, “Galdino Pimentel determinou que fosse intensificado o prosseguimento da reconstituição de sua escrituração contábil, o que somente seria alcançado, com grandes dificuldades, em meados de 1848”⁴³⁹.

Os problemas foram contornados e nos anos seguintes a Caixa de Socorro Mútuo funcionou com sua contabilidade em dia. Em 1858, porém, passou por uma séria crise, quando ocorreram irregularidades na distribuição de benefícios, fazendo com que a Casa Imperial abrisse investigações. Todas as irregularidades foram sanadas pelo Conselho Diretor, que baixou diretrizes mais rígidas para controle do órgão⁴⁴⁰. Mas, um outro problema se prenunciava devido a diminuição no número de aforamentos, com a proximidade do processo de extinção da Colônia, e “sem as doações principalmente as de SSMM, o Imperador e a Imperatriz”⁴⁴¹, a Caixa de Socorro encontrava-se próxima de uma situação de extinção.

⁴³⁵ FRÓES, 2006, (17) Capítulo 18, p.7.

⁴³⁶ FRÓES, 2006, (17) Capítulo 18, p.7.

⁴³⁷ Citado no capítulo 2 deste trabalho.

⁴³⁸ FRÓES, 2006, (13) Capítulo 14, p.4.

⁴³⁹ Idem.

⁴⁴⁰ FRÓES, 2006, (17) Capítulo 18, p.7

⁴⁴¹ Idem.

3.3.4. Instrução: os primeiros colégios de Petrópolis

Desde o início da Colônia houve escolas públicas e particulares, nas primeiras o ensino, inicialmente, ocorria em idioma alemão. Os diretores da Povoação, no entanto, preferiam que os filhos dos imigrantes pouco a pouco começassem “a ser alfabetizados e instruídos em língua nacional⁴⁴²”, e defendiam a naturalização dos colonos germânicos em Petrópolis.

Na primeira gestão administrativa havia seis escolas públicas. Com o correr do tempo algumas fecharam, abrindo outras em seu lugar. Na fase final da Colônia a rede de instrução pública em Petrópolis era “constituída por oito escolas primárias, oferecia cinco estabelecimentos para a instrução extracolônia, sendo uma delas exclusiva para meninas, enquanto que apenas funcionavam três escolas tradicionais⁴⁴³”. Apesar dos esforços dos diversos diretores da Colônia cinco escolas públicas ainda funcionavam sob a responsabilidade de professores germânicos, “sendo que dentre elas somente uma também ensinava a língua portuguesa”.

As informações sobre o ensino particular são mais numerosas. A criação, na gestão inicial, do primeiro colégio de instrução primária e secundária para meninos, chamado Colégio Petrópolis⁴⁴⁴, sob a direção do Professor Dr. Henrique Kopke alçaria a condição de ensino de qualidade na Povoação. Abrigava em seu corpo docente “profissionais selecionados dentre os mais competentes professores da Corte (...) estando previsto em seu Estatuto o emprego dos mais modernos métodos de ensino utilizados na Europa⁴⁴⁵”. A ideia da fundação desta instituição partiu do Dr. Henrique Kopke, então residente em Sabará, que designou seu irmão Guilherme para a missão de “construir um majestoso prédio escolar, o primeiro edifício com três andares de Petrópolis⁴⁴⁶”. O próprio Guilherme Kopke foi o autor

⁴⁴² FRÓES, 2006, (13) Capítulo 14, p.10.

⁴⁴³ FRÓES, 2006, (17) Capítulo 18, p.8.

⁴⁴⁴ A escola localizava-se na parte da frente do Prazo n.620 da Imperial Fazenda de Petrópolis, comprado do colono Guilherme Monken, e “situado na esquina do Caminho Colonial de Nassau⁴⁴⁴, na altura do seu ponto de encontro com o Piabanha” FRÓES, 2006, (13) Capítulo 14, p.5.

⁴⁴⁵ FRÓES, 2006, (13) Capítulo 14, p.5.

⁴⁴⁶ FRÓES, 2006, (13) Capítulo 14, p.4.

do projeto de arquitetura do prédio e administrou sua obra, iniciada no começo de 1848 e inaugurada em 01.I.1850.

Não era, porém o único colégio particular para meninos. No mesmo ano de 1850 foi fundado outro, sob a direção do professor Callógeras, para instrução secundária”.⁴⁴⁷ Já na fase de Azeredo Coutinho foi criado um colégio particular de instrução primária para meninas, chamado Collégio da Madame Jenny Diemer⁴⁴⁸.

A instrução em Petrópolis consolidou uma excelente fama ao longo das cinco gestões da Colônia. Em especial, aqueles colégios particulares que atendiam meninos, o Colegio Callógeras e Colegio Kopke – tendo, este último, passado por reformas para tornar homogênea as fachadas de prédios anexados às suas instalações, o que demonstra um cuidado especial. Também eram bem afamados os dois colégios particulares de meninas, a saber, o da Madame Diemer e o da Madame Kramer. Em função do sucesso dos colégios particulares, havia um estímulo para a abertura de novos estabelecimentos para este tipo de instrução.

3.3.5. Correios e telégrafo

Já na primeira gestão, a de Galdino Pimentel, a instalação do serviço público de correios passou às mãos da Administração Postal do Império melhorando “consideravelmente os serviços anteriores feitos pela Superintendência”⁴⁴⁹.

Além disso, um fato relevante aconteceu no setor de comunicações durante a administração de Jachyntho Rebello, a implantação do serviço de telégrafo, a 1.VIII.1857, entre o Rio de Janeiro e Petrópolis. Foi instalado em uma sala especialmente construída no Quartel da Diretoria da Colônia. Para a época, um acontecimento de suma importância.⁴⁵⁰ Estes dois serviços permaneceram funcionando sem alterações significativas durante todo o período da Colônia de Petrópolis.

⁴⁴⁷ FRÓES, 2006, (13) Capítulo 14, p.5.

⁴⁴⁸ FRÓES, 2006, (14) Capítulo 15, p.2.

⁴⁴⁹ FRÓES, 2006, (13) Capítulo 14, p.8.

⁴⁵⁰ FRÓES, 2006, (16) Capítulo 17, p.5.

3.3.6. Os primeiros jornais de Petrópolis

O primeiro jornal de Petrópolis foi o ‘Mercantil’ criado em 3.III.1857. Seu fundador, o imigrante português Bartholomeu Pereira Sudré (1825-1891), apoiava o movimento de emancipação de Petrópolis, e já em seu primeiro editorial este tema foi publicado⁴⁵¹.

Dois novos periódicos foram lançados durante a Colônia. Em 2.XII.1857, ‘O Parahyba’ sob a direção de Augusto Emilio Zaluar (1826-1882), escritor, poeta e jornalista português, naturalizado brasileiro em 1856. Esse jornal teve curta duração, encerrando suas atividades no decurso de 1859⁴⁵². No ano seguinte, 1858, foi a vez do periódico trimestral intitulado ‘Brazilia’ ser instituído. Editado em língua germânica, foi inicialmente impresso nas oficinas do ‘Mercantil’.⁴⁵³

3.3.7. Matadouro

Havia na Colônia um matadouro público para abate de gado que atendia a demanda de consumo da população. Era localizado a céu aberto no Largo Dom Afonso⁴⁵⁴, hoje Praça da Liberdade, em área alagadiça, mas bastante central. Quando Albino de Carvalho tornou-se Diretor, decidiu mudar estas instalações para “uma ampla área - dois prazos - no Caminho Colonial de Westphalia,”⁴⁵⁵ às margens do rio Piabanha.

O projeto e a construção, porém, por uma questão orçamentária, ficariam a cargo de Jachyntho Rebello na gestão seguinte. Nela, o terreno foi “nivelado, macadamizado e cercado. E para o seu acesso foi construída uma grande ponte de madeira sobre o rio que lhe dava acesso, apoiada em pedregulhos de alvenaria. As instalações do matadouro constavam de um grande galpão de madeira, subdividido em quatro seções. Foram inauguradas, em caráter provisório, a 13.II.1857.⁴⁵⁶ Na fase seguinte, do Major Sérgio, foi concluída a macadamização

⁴⁵¹ FRÓES, 2006, (16) Capítulo 17, p.6.

⁴⁵² FRÓES, 2006, (16) Capítulo 17, p.12.

⁴⁵³ Idem.

⁴⁵⁴ FRÓES, 2006, (13) Capítulo 14, p.7.

⁴⁵⁵ FRÓES, 2006, (15) Capítulo 16, p.9.

⁴⁵⁶ FRÓES, 2006, (16) Capítulo 17, p.5.

de todas as áreas de serviço do ‘Novo Matadouro Provisório’. No início de 1860, assim como o cemitério, ele seria transferido para a Administração Municipal.⁴⁵⁷

3.3.8. Cemitério

O Cemitério Público começou a funcionar na primeira fase colonial recebendo o nome de Cemitério São Pedro de Alcântara, e “atendia a pessoas católicas falecidas na Fazenda ou no Curato”⁴⁵⁸, o que para os colonos luteranos consistia num sério problema.

Azeredo Coutinho reforçou perante o Presidente da Província a “necessidade de um novo cemitério em local adequado e realmente público”⁴⁵⁹. Esta solicitação foi atendida pelo governo provincial em 1854, que autorizou a “compra de prazos para tal finalidade, cuja escolha recaiu sobre os prazos localizados nos fundos da primitiva Praça de Nassau”⁴⁶⁰.

No período seguinte, de Jachyntho Rebello, seu terreno foi “nivelado, cercado e preparado para suas finalidades. Durante a “epidemia de cólera”, quando ainda em construção, foi autorizada a utilização de uma pequena área para sepultamento das vítimas.”⁴⁶¹ O cemitério foi cercado com madeira e duas cancelas. Em 1860 passaria para a Administração Municipal.⁴⁶²

3.4. Outros aspectos da Povoação-Colônia

3.4.1. Cultura e artes

Não se poderia esperar que houvesse registros de manifestações culturais em Petrópolis em suas primeiras fases administrativas. Desde seu início, no entanto, a Povoação-Colônia despertou a atenção das mais diversas autoridades,

⁴⁵⁷ FRÓES, 2006, (17) Capítulo 18, p.10.

⁴⁵⁸ FRÓES, 2006, (13) Capítulo 14, p.7.

⁴⁵⁹ FRÓES, 2006, (14) Capítulo 15, p.3

⁴⁶⁰FRÓES, 2006, (15) Capítulo 16, p.8

⁴⁶¹ FRÓES, 2006, (16) Capítulo 17, p.5.

⁴⁶² FRÓES, 2006, (17) Capítulo 18, p.10.

que iam de viajantes ilustres a “dignatários estrangeiros e nacionais, bem como pessoas abastadas da Corte”.⁴⁶³

É possível especularmos que os colonos exercessem de forma doméstica expressões culturais próprias, embora não se tenha estas informações.

Oficialmente, foi no final da fase de Jachynto Rebello, em 1856, que “o segmento cultural em Petrópolis desabrochou, fundou-se o Teatro Petropolitano, a Sociedade Dramática Talia, e a Escola de Música de Petrópolis estava prestes a ser inaugurada.”⁴⁶⁴ Na mesma época surgiram os primeiros jornais de Petrópolis, ‘O Mercantil’, ‘O Parahyba’ e o germânico ‘Brazilia’.

Nos últimos anos da Colônia as atividades culturais, artísticas, social e política em Petrópolis passaram por grande florescimento. Eram movimentos que surgiam da própria sociedade local, mostrando que Petrópolis estava pronta para uma nova condição de Divisão Civil, acima de uma Povoação. Elas acompanhavam as transformações nos setores público, comercial, industrial, turístico e urbanístico⁴⁶⁵, que vinham se desenvolvendo.

No final da década de 1850 o comércio e o turismo local já tinham suas bases consolidadas, e encontravam-se em franca expansão:

“Personalidades ou simples turistas oriundos de todas as partes da Província, do Império e, até mesmo, do mundo eram fortemente atraídos para visitar Petrópolis, em busca de suas decantadas belezas naturais e de seu privilegiado e tão apreciado clima, o que constituía um forte estímulo para a expansão das atividades dos supracitados setores.”⁴⁶⁶

São diversos os depoimentos de viajantes a respeito de Petrópolis, o que ajuda a ilustrar a construção da Povoação em diferentes momentos. Alguns foram utilizados neste trabalho.

⁴⁶³ FRÓES, 2006, (13) Capítulo 14, p.9.

⁴⁶⁴ FRÓES, 2006, (16) Capítulo 17, p.6.

⁴⁶⁵ FRÓES, 2006, (17) Capítulo 18, p.1.

⁴⁶⁶ FRÓES, 2006, (17) Capítulo 18, p.11.

3.4.2. A construção do Palácio

Segundo Argan “a ideia de monumento, como unidade plástica e arquitetônica representativa de valores ou de autoridade – e que tem, por isso, uma função retórica ou persuasiva -, está associada à ideia de cidade-capital, assim como esta se articula à ideia do Estado absoluto”⁴⁶⁷ O Palácio de D. Pedro II na serra teria também esta função retórica e persuasiva, uma extensão de sua residência de São Cristóvão. O sentido de capitalidade surge novamente, desta feita, sob a ideia de monumento.

Diferentemente da Imperial Colônia, cuja administração ficava a cargo de Diretores que se remetiam ao Governo da Província, a construção do Palácio, como propriedade particular do monarca, estava diretamente submetida à Imperial Fazenda de Petrópolis, e por conseguinte, à Casa Imperial. O principal responsável por sua administração assumia a função de Superintendente.

A Companhia Imobiliária de Petrópolis é a atual proprietária das terras que correspondem à antiga Imperial Fazenda de Petrópolis. Ela substituiu a Casa Imperial como titular dos bens dados em enfiteuse. Atualmente funciona na antiga Casa da Princesa Isabel, localizada na Av. Koeler.

Foram quatro os Superintendentes da Imperial Fazenda de Petrópolis durante o período da Colônia:

	Superintendentes da Imperial Fazenda de Petrópolis	Período
1	Major-ICE Júlio Frederico Koeler	1843-1847
2	José Alexandre Alves Pereira Ribeiro Cirne	1847-1853
3	Capitão-ICE José Maria Jacyntho Rebello	1853- 6-V-1858
4	Tenente Coronel-ICE Vicente Marques Lisboa	6-V-1858 - 1857

Quadro 8: Relação dos Superintendentes da Imperial Fazenda de Petrópolis.

⁴⁶⁷ ARGAN, 2004, p. 78.

Foi, portanto, José Alexandre Alves Pereira Ribeiro Cirne, quem deu sequência à construção do Palácio após o falecimento de Koeler em 1847, tendo permanecido no cargo por seus anos, até ser exonerado por motivos de saúde.

Apesar de muito criticado por Paulo Barbosa quanto à sua competência profissional⁴⁶⁸, Cirne cumpriu sua função de Superintendente a contento. Ele “deu continuidade às obras do Imperial Palácio de Verão, cuja ala direita - de quem olha para a fachada - no início de 1849 já fora dada como habitável”⁴⁶⁹, faltando ali somente detalhes de acabamento, e edificou os alicerces e os embasamentos da ala esquerda.⁴⁷⁰ Sob o aspecto financeiro, sua administração foi bastante correta e equilibrada. Todas as dívidas contraídas pela administração anterior foram regularizadas.⁴⁷¹

Quando Cirne foi exonerado do cargo, em 1853, José Maria Jacyntho Rebello o substituiu. Complementou a estrutura da edificação Imperial e deu impulso aos detalhes de seu acabamento externo e interno.⁴⁷²

Sabe-se que “na passagem de 1854 para 1855 o Palácio estava com o arruamento concluído e as muralhas de contenção bem adiantadas. E os terrenos da parte nobre já se encontravam ajardinados pelo paisagista radicado em Petrópolis, João Baptista Binot.”⁴⁷³

Em 6.V.1858, quando Jacyntho Rebello transmite o cargo de Superintendente à Vicente Marques Lisboa, o Palácio estava praticamente concluído, decorado internamente, mobiliado, ajardinado defronte às duas principais testadas, e cercado com um gradil de ferro. Faltavam apenas alguns pequenos detalhes para serem concluídos no corpo principal, além das obras

⁴⁶⁸ FRÓES, 2006, (13) Capítulo 14, p.9.

⁴⁶⁹ FRÓES, 2006, (13) Capítulo 14, p.9.

⁴⁷⁰ FRÓES, 2006, (15) Capítulo 16, p.11.

⁴⁷¹ FRÓES, 2006, (13) Capítulo 14, p.9.

⁴⁷² “No final de 1853, o corpo central e a ala direita estavam capacitados para alojar provisoriamente - caso se fizesse necessário - a Família Imperial, dependendo apenas da colocação do piso definitivo, ornatos e detalhes de acabamentos mais apurados, o que foi realizado no decorso do primeiro semestre de 1855. Quanto à ala esquerda - de quem olha da testada - a estrutura foi concluída e coberta com telhas. Internamente, os tetos foram preparados para receber estuque, tendo sido iniciada a colocação de soalhos, esquadrias, portas e janelas.” FRÓES, 2006, (15) Capítulo 16, p.11.

⁴⁷³ FRÓES, 2006, (15) Capítulo 16, p.11.

relativas às edificações externas e logradouros que prosseguiram mais vagarosamente.

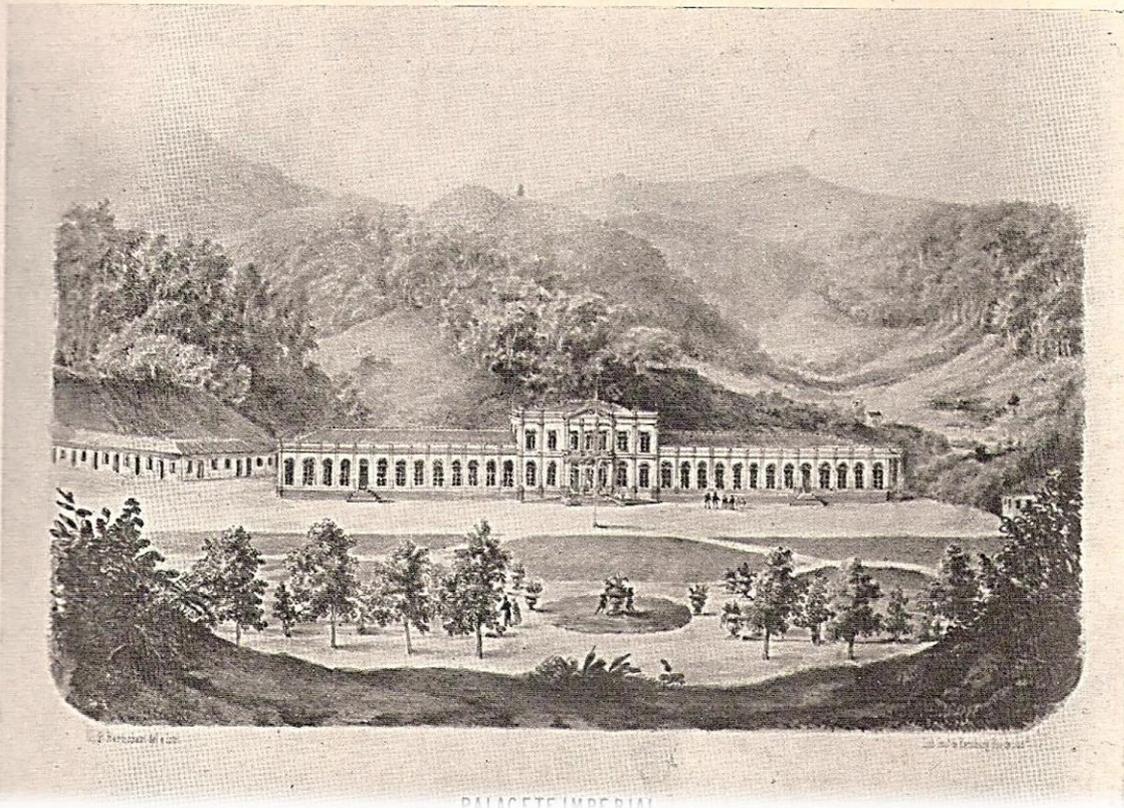


Figura. 20. *Palacete Imperial – Petrópolis – 160 x 273 mm*- Litografia de P. Bertichem, 1856. Vista do Palácio Imperial e dependências feita do morro Cruzeiro⁴⁷⁴.

3.4.3. Área territorial da Colônia

A área territorial da Imperial Fazenda de Petrópolis inicialmente englobava apenas as fazendas Córrego Seco e Quitandinha, ambas decorrentes de desmembramentos de Sesmarias. Juntas elas somavam uma área de cerca de 8.250.000 braças quadradas⁴⁷⁵. O planejamento de novos Quarteirões durante a gestão Koeler, assim como nas subseqüentes, demandou a expansão dos limites iniciais, levando o Imperador D. Pedro II a anexar terras à sua propriedade. Para tanto foram comprados, em 1849, um pequeno desmembramento da Fazenda da

⁴⁷⁴ FERREZ, Gilberto. *Iconografia Petropolitana (1800 – 1890)*. Ministério da Educação e Cultura, Museu Imperial, Petrópolis, 1955. Prancha n. 63.

⁴⁷⁵ FRÓES, 2006, (1) Capítulo 1, p.15.

Engenhoca, uma parte da Fazenda do Itamaraty, e estavam sendo negociada a anexação das terras da Fazenda do Velasco⁴⁷⁶. Dois anos depois, em 1851, o monarca adquire a Fazenda Morro Queimado.⁴⁷⁷

Por volta de 1857, quando Petrópolis estava prestes a ser elevada à categoria de cidade, esta área territorial assumiu forma e dimensões definitivas, cobrindo uma área de, aproximadamente, 20.000.000 braças quadradas. A expressão ‘dimensões definitivas’ justifica-se porque a área territorial da Imperial Fazenda passava por medição judicial feita por Jachyntho Rebello que, acumulava a dupla função de Diretor e Superintendente, por isso o fazia com desenvoltura⁴⁷⁸. Ao serem concluídas estas medições⁴⁷⁹, as terras da Imperial Fazenda de Petrópolis foram registradas no Cartório Eclesial da Freguesia de São Pedro de Alcântara, como "Patrimônio e Domínio de SM o Imperador."⁴⁸⁰

3.4.4. Outras obras viárias

As estradas de acesso à região de Petrópolis e suas circunvizinhanças sempre foram um dos pontos centrais de interesse da Província e do Governo Fluminense, assim como das autoridades ligadas à Imperial Colônia. Eram elas:

⁴⁷⁶ “E a 21.V.1849 foi comprado um pequeno desmembramento da Fazenda da Engenhoca e a 19.XII.1849 a parte da Fazenda Itamaraty compreendida na banda oeste da Estrada Normal da Estrella.

Naquela altura, os entendimentos para compra da Fazenda Morro Queimado já estavam em vias de conclusão.

Quanto à Fazenda Vellasco, por ser considerada "Terras da União", a Imperial Casa estava propondo sua anexação, através de uma troca ou simples cessão, com base no usucapião, tendo em vista inúmeros aforamentos que ali já haviam sido praticados. In: FRÓES, 2006, (13) Capítulo 14, p.9.

⁴⁷⁷ FRÓES, 2006, (14) Capítulo 15, p.6.

⁴⁷⁸ FRÓES, 2006, (13) Capítulo 14, p.9.

⁴⁷⁹ Em 25.VI.1855 tal operação foi concluída com a cravação de todos os marcos divisórios. Essa demarcação deu origem a cinco reclamações quanto aos seguintes limites: entre a Fazenda Quitandinha e a propriedade de Joviano Varella na Serra da Taquara; entre a Fazenda Quitandinha e a propriedade de Carlos José Moreira Barbosa (Fazenda Mato Grosso, na Serra da Mantiquira); entre a Fazenda Morro Queimado e a propriedade de Da. Feliciano Angélica Rodrigues (Fazenda do Inglês); entre a Fazenda Itamaraty e a propriedade de José Teixeira de Lemos; e entre a Fazenda Morro Queimado e a propriedade de Thomaz Gonçalves Dias Correa da Silva Goulão, Fazenda Engenhoca (ex-Retiro de São Thomaz e São Luiz). Todas as quatro últimas pendências foram resolvidas consensualmente e o embargo levado a juízo por Joviano Varella foi derrubado em primeira instância.

⁴⁸⁰ “em cumprimento ao Artigo 91, Capítulo IX do Regulamento de 30.I.1854 - baixado em decorrência da Lei nº 601 de 18.IX.1850” Saga 16, p.7.

- a Estrada Geral da Estrela, que cortava as Províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais;

-a Estrada Normal da Estrela, assim chamado o trecho da Estrada Geral da Estrela que atravessava a Província do Rio de Janeiro, cujas obras estavam completamente terminadas a 25.I.1857⁴⁸¹ ;

-a Estrada União e Indústria, que ligava Petrópolis à Juiz de Fora, cuja obra iniciada em maio de 1856 empregou mão de obra de imigrantes alemães, sendo inaugurada a 23.06.1861.

- ligações viárias com Paty do Alferes, e com a Estrada do Mar de Espanha.⁴⁸²

3.5.

Emancipação: a elevação de Petrópolis à categoria de cidade

A reivindicação pela emancipação de Petrópolis surgiu espontaneamente, em torno de 1853, período do Diretor Albino de Carvalho, em decorrência do crescimento urbano de Petrópolis⁴⁸³. Seu desenvolvimento era tal que, em poucos anos se já aproximava do porte de vila, ou mesmo de cidade⁴⁸⁴. A emancipação se tornaria, então, um mero ajuste jurídico das Ordenações do Reino ao quadro social existente⁴⁸⁵.

Porém, na prática esta era uma questão delicada. Corria-se o risco de constrangir o monarca em suas próprias terras, pois Petrópolis fora criada por força de um Decreto baixado por D. Pedro II⁴⁸⁶. Os colonos, que tinham grande apreço e respeito pelo Imperador, jamais participaram deste movimento. As

⁴⁸¹ FRÓES, 2006, (16) Capítulo 17, p.9.

⁴⁸² FRÓES, 2006, (14) Capítulo 15, ps. 7 e 8.

⁴⁸³ “Apesar de tudo, seria impossível esconder que a emancipação era inevitável e, até certo ponto, oportuna e justa, situação essa tão bem sintetizada - cerca de oitenta anos mais tarde - pelo Dr. Mario Aluízio Cardoso de Miranda, em um trecho da conferência proferida por ele na fase preparatória das comemorações do Centenário de Petrópolis: ‘A elevação à categoria de Cidade, menos do que uma medida administrativa era, nas Ordenações do Reino, uma ajustação jurídica do quadro social desses agrupamentos vivos.’” FRÓES, 2006, (17) Capítulo 18, p.2.

⁴⁸⁴ FRÓES, 2006, (16) Capítulo 17, p.8.

⁴⁸⁵ FRÓES, 2006, (17) Capítulo 18, p.2.

⁴⁸⁶ FRÓES, 2006, (17) Capítulo 18, p.2.

medidas de apoio à emancipação foram restritas à imprensa e às rodas políticas⁴⁸⁷, sempre tomadas à revelia do monarca⁴⁸⁸.

Um dos argumentos para a elevação de Petrópolis à condição de Cidade, sem passar por vila, foi seu elevado número de habitantes⁴⁸⁹ que no segundo semestre de 1857 era de cerca de seis mil, sendo 2.974 colonos de origem germânica.

A ação decisiva em prol da emancipação partiu de Amaro Emílio da Veiga (1814-1896), Major do Imperial Corpo de Engenheiros, auxiliar e amigo de Irineu Evangelista de Souza, o mais poderoso empresário do Império⁴⁹⁰. A partir de 1854 este Major passou a residir em Petrópolis. Atuante politicamente, logo foi eleito o mais votado Juiz de Paz da Povoação-Colônia. Deduz-se, sem comprovação, que suas ações na serra estivessem propositalmente alinhadas com objetivos anti-monarquistas do empresário.

Amaro da Veiga era também deputado, e como tal levou à Assembleia Legislativa Provincial uma proposta de elevação de Petrópolis à categoria de cidade, durante sessão anual de 1.VIII.1856. Percebendo que seria difícil aprová-la da forma como vinha sendo apresentada, transformou-a em uma emenda ao projeto da elevação de Vassouras e Valença, que já estava tramitando.⁴⁹¹ Porém, neste primeiro momento o projeto foi vetado pelo Presidente da Província.

Um ano após a primeira tentativa, o deputado Amaro da Veiga⁴⁹² empenhou-se nova e decididamente nesta causa. Os trabalhos anuais da

⁴⁸⁷ Em maio de 1857, na gestão administrativa de Sérgio Marcondes, a política petropolitana passou a ser influenciada por simpatizantes do Partido Liberal, até então liderado pelo recém-falecido Marquês do Paraná, com o apoio de Irineu Evangelista de Souza. Na Povoação essas ideias eram representadas por Amaro da Veiga, e por “personalidades do porte do Dr. Henrique Kopke, Dr. Thomaz José de Porciúncula, Dr. José Calazans Rodrigues de Andrade, Comendador Pedro José da Câmara, Jornalista Bartholomeu Pereira Sudré e outros.”⁴⁸⁷ FRÓES, 2006, (17) Capítulo 18, p.1.

⁴⁸⁸ FRÓES, 2006, (17) Capítulo 18, p.2.

⁴⁸⁹ “No segundo semestre de 1857, conforme uma estimativa feita pelo Diretor Sérgio Marcondes, viviam na Colônia mais de 6.000 habitantes, dos quais 2.974 eram colonos de origem germânica. Porém, considerando-se a área total da Povoação - termo - abrangida pela Freguesia de São Pedro de Alcântara, a população poderia chegar a 9.000 ou 10.000 habitantes.” FRÓES, 2006: (16) Capítulo 17, p.8.

⁴⁹⁰ FRÓES, 2006, (16) Capítulo 17, p.8.

⁴⁹¹ FRÓES, 2006, (16) Capítulo 17, p.9.

⁴⁹² FRÓES, 2006, (17) Capítulo 18, p.2.

Assembleia Legislativa da Província do Rio de Janeiro de 1857 foram reabertos a 1º de agosto, e o projeto de emancipação reencaminhado.

Seguindo os trâmites legais, a proposta “não foi nem sancionada nem vetada no prazo estabelecido pela Emenda Constitucional de 1834. Assim sendo, expirado o decêndio e seguindo os dispositivos legais, a Assembleia Legislativa Provincial promulgou a Lei Provincial nº 961⁴⁹³, de 29.IX.1857, que estabeleceu a elevação de Petrópolis à categoria de Cidade. Foram estes os termos de seus dois artigos:

"Art.1º - Ficam elevadas à categoria de Cidade as Villas de Valença e Vassouras e a Povoação de Petrópolis"; e

Art.2º - Anexa-se o Segundo Distrito da Freguesia de São José do Rio Preto ao novo Município de Petrópolis, de que a Presidência designará os limites"⁴⁹⁴.

Conforme exposto, esse Ato, porém, não definiu os limites territoriais do novo município e Petrópolis⁴⁹⁵.

A Câmara Municipal de Petrópolis seria instalada a 17.VI.1859. Ficou deliberado que, até segunda ordem, o "Código Municipal de Posturas da Villa de Estrella" seria adotado como modelo para Petrópolis."⁴⁹⁶ Deve-se dizer que “, *a priori*, os critérios básicos do Plano de Koeler estariam em plena consonância com o Código adotado como modelo.”⁴⁹⁷

⁴⁹³ O Comendador Francisco José Cardoso, Presidente da Assembléia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro. Faço saber a todos os seus habitantes que a mesma Assembléia Legislativa Provincial decretou a Lei seguinte: Art.1º - Ficam elevadas à categoria de cidade as Villas de Valença e Vassouras e a Povoação de Petrópolis". Art.2º - Anexa-se o segundo distrito da Freguesia de São José do Rio Preto ao novo Município de Petrópolis, de que o Presidente da Província designará os limites. Art.3º - São Revogadas as disposições em contrário. E porque o Presidente da Província recusou sancioná-la, em conformidade do Art.19 da Carta da Lei Constitucional de 12 de agosto de 1834, manda a Assembléia Legislativa Provincial a todas as autoridades a quem o consentimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Secretário da Província a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Paço da Assembléia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro, aos 29 de setembro de 1857, 36º de Independência e do Império. Ass. Francisco José Cardoso" FRÓES, 2006, (17) Capítulo 18, p.3.

⁴⁹⁴ FRÓES, 2006, ((17) Capítulo 18, p.13.

⁴⁹⁵ FRÓES, 2006, (17) Capítulo 18, p.13

⁴⁹⁶ FRÓES, 2006, (17) Capítulo 18, p.4.

⁴⁹⁷ FRÓES, 2006, (17) Capítulo 18, p.5.

O Major Sérgio foi exonerado do cargo somente a 26.IX.1859⁴⁹⁸, e a Colônia desativada no início de 1860. Dois Atos Provinciais deliberariam a extinção da Imperial Colônia de Petrópolis:

"O Presidente da Província do Rio de Janeiro, tendo ouvido a Câmara Municipal, Autoridades Judiciárias de Petrópolis e o Diretor da Colônia ali fundada no ano de 1845, acerca da conveniência ou desvantagem de ali continuar em vigor o Regulamento Colonial de 1847, que tendo sido organizado para um regimem, hoje seria inexecutável e suscitaria conflito com o elemento municipal e com a legislação civil e penal formulada segundo os preceitos constitucionais, sendo evidente as atribuições que se achavam reunidas na Diretoria da referida Colônia, concernentes à Administração da Justiça, à Polícia, à Instrução, à Caridade Oficial e às Obras Públicas, devem passar às autoridades e repartições competentes, continuando a população a auferir os mesmos e ainda maiores benefícios do que os até aqui concedidos à população colonial, delibera:

Art.1º - Fica revogado o Regulamento de 26 de maio de 1847.

Art. 2º -As despesas com a polícia, a Instrução Pública, o Culto, o Hospital e as Obras Públicas do Município de Petrópolis serão doravante feitos pelos meios estabelecidos na legislação em vigor.

Palácio do Governo da Província do Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1860.
Ass. Ignácio Francisco Silveira da Motta⁴⁹⁹

Outra Deliberação, que na mesma data extinguiria a Imperial Colônia:

"Não existindo núcleo colonial em Petrópolis, segundo informaram as respectivas Autoridades Judiciárias e o Capitão de Engenheiros Chefe do Distrito de Obras; tornando-se por isso desnecessário haver ali uma dispendiosa Diretoria da Colônia; o Presidente da Província delibera o seguinte:

Artigo Único - Fica extinta a Diretoria da Colônia de Petrópolis.

Palácio do Governo da Província do Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1860.
Ass. Ignácio Francisco Silveira da Motta⁵⁰⁰

E assim foi extinta oficialmente a Imperial Colônia de Petrópolis.

A partir de sua transformação em município Petrópolis inicia uma nova fase administrativa. Os imigrantes germânicos que já se ocupavam de diversas tarefas e trabalhos, muitos empregados na construção da Estrada União e Indústria, assim permaneceram. O monarca continuou a frequentar, cada vez mais intensamente, o Palácio de Verão, onde a Corte se reunia. Jamais deixaria de fazê-lo.

Petrópolis permaneceu com sua aura elitizante mesmo após a Proclamação da República.

⁴⁹⁸ Idem.

⁴⁹⁹ FRÓES, 2006, (18) Capítulo 19, p.2.

⁵⁰⁰ Idem.